



**Relatório de Estágio na Marinha Portuguesa**

**Paulo de Jesus Aguiar**

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações  
Internacionais, especialização em Relações Internacionais**

**Orientador: Professor Doutor António Manuel Horta Fernandes**

**Tutor: Capitão-de-fragata Elias Joaquim Véstia Cagarrinho**

**Outubro de 2023**

Relatório de Estágio apresentado para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor António Manuel Horta Fernandes.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
MARINHA

**CERTIFICADO DE FREQUÊNCIA DE ESTÁGIO**

Certificamos que Paulo de Jesus Aguiar, residente na Estrada Luís Augusto Acciaioli, n.º 43, 9230-106 Santana, Portugal, portador do documento de identificação n.º 14810115, a frequentar o 2.º ano do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, frequentou um estágio curricular não remunerado na Marinha Portuguesa, na Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada, cujas atividades contemplaram:

- a. Participar da elaboração de estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito da estratégia naval e do planeamento integrado de atividades.
- b. Estudar a doutrina militar conjunta, designadamente o conceito estratégico militar, as missões das Forças Armadas, o sistema de forças e o dispositivo de forças.
- c. Acompanhar as atividades de gestão estratégica da Marinha, em articulação com os órgãos com competência na matéria.
- d. Acompanhar o desenvolvimento do planeamento centralizado no âmbito do orçamento da Marinha e das forças nacionais destacadas.
- e. Desenvolver um trabalho de investigação relativo à temática: "Potências continentais e a sua propensão para o mar: enquadramento geopolítico e geoestratégico do poder naval chinês".

O estágio teve uma duração de 6 meses, tendo sido realizado no período de 02/01/2023 a 30/06/2023, em regime de tempo integral, e foi enquadrado no normativo relativo a estágios estabelecido pelo Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 25/19, de 29 de maio.

Lisboa, 30 de junho de 2023

O Chefe do Gabinete de Coordenação Interna

Carlos Manuel Baptista Valentim

Capitão-de-fragata

## **Agradecimentos**

Ao orientador, o Professor António Manuel Horta Fernandes, pela disponibilidade e prontidão demonstrada ao longo da redação deste relatório.

Ao Comte. Véstia Cagarrinho, no seu papel de tutor, pela paciência e o facto de ter facilitado a minha integração na Divisão de Planeamento.

Aos restantes oficiais pelas conversas que proporcionaram e aos sargentos e praças por me terem feito sentir em casa.

À minha mãe pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos.

# **Relatório de Estágio na Marinha Portuguesa**

**Paulo de Jesus Aguiar**

## **Resumo**

O presente documento ilustra e reflete sobre a experiência de estágio no Estado-Maior da Armada (Marinha Portuguesa) realizado ao longo da primeira metade de 2023 no âmbito da componente não letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. O estágio proporcionou a convergência entre a teoria e a prática nos domínios da estratégia e da geopolítica, permitiu desenvolver a investigação “Sobre as potências continentais e a sua [presumida] propensão para o mar” e contribuiu para a sofisticação do pensamento estratégico no que ao domínio marítimo diz respeito. Sob a tutoria do Capitão-de-fragata Véstia Cagarrinho, o estagiário foi integrado no quotidiano da Divisão de Planeamento, realizou tarefas e participou em atividades várias. Através do envolvimento proativo com a instituição, o estagiário familiarizou-se com as suas missões, estrutura, competências e ethos. O estágio resultou numa experiência pessoalmente e profissionalmente enriquecedora que acrescentou às valências e perspetiva do estagiário.

**Palavras-chave:** Relatório; Estágio; Marinha Portuguesa; Estratégia; Geopolítica Clássica; Realismo.

## **Abstract**

This document illustrates and reflects on the internship experience at the Navy General Staff (Portuguese Navy) carried out during the first half of 2023 within the non-teaching component of the Master's in Political Science and International Relations. The internship facilitated the convergence between theory and practice in the realms of strategy and geopolitics, enabled the development of the research “Sobre as potências continentais e a sua [presumida] propensão para o mar” and contributed to the refinement of strategic thinking regarding maritime affairs. Under the mentorship of Commander Véstia Cagarrinho, the intern was integrated into the daily routine of the Plans and Policy Division, performed tasks, and participated in various activities. Through proactive engagement with the institution, the intern became familiar with its missions, structure, competencies, and ethos. The internship resulted in a personally and professionally enriching experience that enhanced the skills and perspective of the intern.

**Keywords:** Report; Internship; Portuguese Navy; Strategy; Classical Geopolitics; Realism.

# Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>i</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>ii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>iii</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Estrutura e Metodologia</b> .....	<b>2</b>
<b>Enquadramento teórico-concetual</b> .....	<b>3</b>
Realismo Ofensivo .....	4
Geopolítica Clássica .....	6
Poder Naval .....	8
<b>Sobre as potências continentais e a sua propensão para o mar</b> .....	<b>11</b>
Métodos e objetivos .....	13
Procedimentos e descrição .....	15
Conclusões .....	28
Relevância .....	32
<b>O estágio curricular</b> .....	<b>37</b>
Caraterização da instituição .....	38
Tarefas e atividades .....	48
Reflexão crítica .....	59
<b>Conclusão</b> .....	<b>64</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>66</b>

## **Índice de figuras**

Figura I – O EMA identificado no organograma da Marinha.....	43
Figura II – A DIVPLAN identificada no organograma do EMA.....	45
Figura III – Organograma da DIVPLAN identificando as áreas.....	46

## **Lista de siglas e acrónimos**

A2/AD: Anti-acesso e Negação de Área

AMN: Autoridade Marítima Nacional

SBSM: Serviço de Busca e Salvamento Marítimo

CDD: Cooperação no Domínio da Defesa

CEMA: Chefe do Estado-Maior da Armada

CEMGFA: Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas

CFR: Capitão-de-fragata

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSI: Comunicações e Sistemas de Informação

DEM: Diretiva Estratégica da Marinha

DIVPLAN: Divisão de Planeamento

DIVRE: Divisão de Relações Externas

EMA: Estado-Maior da Armada

EMGFA: Estado-Maior General das Forças Armadas

EUROMARFOR: Força Marítima Europeia

FI: Folheto de Integração

FND: Forças Nacionais Destacadas

LOMAR: Lei Orgânica da Marinha

MDN: Ministério da Defesa Nacional

NATO: Organização do Tratado do Atlântico Norte

RI: Regulamento Interno

SCEMA: Sub-Chefe do Estado Maior da Armada

UE: União Europeia

VCEMA: Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

## **Introdução**

O presente documento relata a experiência de estágio curricular na Divisão de Planeamento (DIVPLAN) do Estado-Maior da Armada (EMA). O estágio teve a duração de 800 horas e decorreu ao longo de seis meses (02-01-23 a 30-06-23) nas Instalações Centrais de Marinha. A tutoria ficou a cargo do Capitão-de-fragata (CFR) Elias Joaquim Véstia Cagarrinho e o estágio ocorreu num formato inteiramente presencial em regime de tempo integral.

O estágio realizou-se no âmbito do 2º ano do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais e tinha em vista satisfazer os requisitos da componente não letiva deste ciclo de estudos, que por sua vez facilitaria a obtenção do grau de Mestre. Esta opção foi ponderada e ulteriormente selecionada em detrimento da elaboração de uma dissertação. Embora um plano de investigação no âmbito da dissertação estivesse concluído e o mestrando já se tivesse mentalizado para um percurso que se poderia adivinhar atribulado, a oportunidade de estágio, entretanto, surgiu. Não querendo deixar passar essa oportunidade única (sob todos os aspetos), enquadrando-se o estágio no tema da dissertação – sobre a relação das potências continentais com o poder naval – e correspondendo a entidade e as suas responsabilidades aos interesses do mestrando, optou-se pelo estágio. Para além disto, esta experiência profissional permitiria, ao contrário da dissertação, aliar a teoria à prática e colocar à prova teses desenvolvidas ao longo do percurso académico a respeito do presumido desinteresse nacional pelo mar; um estágio no EMA proporcionaria uma reflexão informada e distinta sobre este domínio e uma visão, a partir de dentro, dos constrangimentos que a Marinha Portuguesa enfrenta. Adicionalmente, um estágio permitiria desenvolver competências aplicáveis e replicáveis em contexto profissional, tais como: coordenação de atividades, trabalho em equipa, resolução de problemas e gestão de recursos e prazos.

Sob a tutoria do Comte. Véstia Cagarrinho, o estagiário procurou envolver-se (e foi envolvido) no quotidiano da DIVPLAN – ao mesmo tempo que participava de iniciativas externas – e, através deste envolvimento, foi possível ficar a conhecer a estrutura e cultura organizacional da Marinha Portuguesa. Este relatório de estágio, portanto, tratará das tarefas realizadas, das atividades em que o estagiário esteve envolvido e da organização e funcionamento da instituição. De salientar que a experiência de estágio se pautou por uma adesão, mais ou menos fiel, ao(s) realismo(s) enquanto

teoria(s) das relações internacionais e por uma predileção pela geopolítica clássica, princípios e pressupostos enquadradores não só das tarefas realizadas e das discussões desencadeadas, mas também do trabalho de investigação desenvolvido – o qual se entendeu ser merecedor de um capítulo neste relatório. Por fim, este relatório conta com uma reflexão crítica (sobre a experiência de estágio) subsidiária das referidas tendências teórico-conceituais.

## **Estrutura e Metodologia**

O relatório de estágio encontra-se dividido em três grandes capítulos, cada um contribuindo, à sua medida, para a descrição e análise crítica da experiência de estágio.

O capítulo inicial refere-se ao “Enquadramento teórico-conceitual” e pretende expor, recorrendo a dados bibliográficos e documentais (fontes primárias e secundárias), as teorias e conceitos que marcaram a experiência de estágio – realismo ofensivo, geopolítica clássica e poder naval. Este capítulo fornece o pano de fundo contra o qual a trajetória do estagiário será contrastada e decompõe o racional que norteou o processo investigativo. O enquadramento não só apresenta os paradigmas que influenciaram a experiência e interações do estagiário, como também defende a utilidade e intemporalidade dos mesmos. O capítulo apresenta-se enquanto moldura teórica coerente para o relato subsequente, assegurando uma abordagem sólida e metódica.

O capítulo “Sobre as potências continentais e a sua propensão para o mar” debruça-se sobre a essência do trabalho de investigação realizado durante o estágio. Entendeu-se que este trabalho de investigação seria merecedor de um capítulo dedicado pela razão de que: (1) se tratou de um empreendimento contínuo que preencheu o dia a dia daqueles que foram seis meses de estágio; (2) se baseou no plano de investigação proposto para a dissertação, embora tenha adaptado e limitado o seu escopo ao poder naval chinês; e (3) se consubstanciou num ponto de interesse que despertou curiosidades várias, tornando-se mote para debates e reflexões. Deste mesmo capítulo consta a metodologia utilizada, bem como os procedimentos, as conclusões e a relevância do trabalho desenvolvido.

O terceiro (e último) capítulo refere-se, concretamente, ao estágio curricular. O capítulo recorre à análise documental para embarcar numa caracterização da instituição, fornecendo um relato da missão, estrutura e competências da Marinha Portuguesa. Esta

caraterização proporciona o cenário institucional no qual as tarefas foram conduzidas. Contudo, o capítulo não se limita a uma descrição institucional, este insere a instituição no contexto geopolítico e geoestratégico mais amplo, um aspeto que enriquece o relatório ao fazer a ligação entre a experiência muito particular do estágio e considerações de índole macroscópica e diacrónica. Em “Tarefas e atividades”, como indica o título, as tarefas realizadas são detalhadas e as atividades em que o estagiário participou enunciadas. Esta secção representa um ponto de viragem no relatório pois é a partir deste momento que o relato abandona o âmbito teórico e institucional para se concentrar na aplicação de conhecimento adquirido ao contexto de trabalho, a casos práticos. A secção final corresponde a uma “Reflexão crítica”. A reflexão trata de uma análise retrospectiva da experiência inserida no contexto mais amplo das Relações Internacionais, com especial incidência sobre o(s) realismo(s) e a geopolítica clássica. Esta secção combina observações pessoais, considerações práticas, análise geopolítica e planeamento estratégico; uma visão de 360 graus sobre a experiência de estágio na Marinha Portuguesa.

## **Enquadramento teórico-concetual**

Este capítulo inaugural irá debruçar-se sobre algumas teorias e conceitos relevantes ao relatório de estágio, na medida em que enquadram a passagem do estagiário pela instituição e nos termos em que foram úteis para a investigação realizada durante o estágio. As definições fornecidas servem de ponto de partida para o relatório, expõem o arcabouço teórico que orientou o processo investigativo e destacam como cada elemento contribuiu para as dimensões fundamentais da investigação. Da mesma forma, as tarefas e atividades paralelas desenvolvidas ao longo do estágio pautaram-se por uma adesão mais ou menos fiel aos paradigmas que aqui se expõem. Isso notou-se particularmente a respeito da geopolítica clássica, ainda que tenha sido menos evidente no caso do realismo ofensivo – outras formas de realismo foram consideradas. De destacar que, no decorrer do estágio, não houve resistência à adoção tácita destes paradigmas, pelo contrário, foram bem recebidos e convergiram com os objetivos da organização.

### a) **Realismo Ofensivo**

A despeito de não ser evidente que a natureza humana possa ser omitida como fator a ter em consideração quando nos queremos referir ao comportamento dos estados, o realismo ofensivo sustenta que as causas da rivalidade e da hostilidade internacional residem na “estrutura anárquica” do sistema e não no homem (ou na sua natureza). Os estados habitam e interagem num ecossistema amplamente anárquico onde nenhuma autoridade superior omnipresente e onipotente lhes confere proteção. Num cenário destes, o uso da força armada como forma de resolver diferendos permanece uma possibilidade. Isto implica que qualquer estado pode, sem aviso prévio, recorrer à força, por isso, todos os estados devem estar capacitados para responder à força com mais força, caso contrário, habilitam-se a ter de pagar o preço de ser fraco. (Mearsheimer, 2001: 29-32) Verdadeiramente, “a segurança no sistema político internacional é exígua” (Layne, 2006: 27); a menos que os estados mantenham a suas próprias forças com o objetivo de dissuadir, barrar e/ou rechaçar agressões, a sua sobrevivência pode ser colocada em causa a qualquer momento.

Os estados encontram-se numa situação permanente (mais ou menos aparente) de desassossego, receosos de serem derrotados, submetidos, dominados ou destruídos. Como tal, para se salvaguardarem do poder dos outros e garantirem a sua segurança, os estados são induzidos a adquirir poder para si próprios; processo responsável pelo “dilema de segurança”. No entanto, ao contrário do realismo defensivo, o realismo ofensivo entende que este dilema não tem solução, simplesmente porque os estados não são capazes de determinar que medida de poder será suficiente para satisfazer as suas necessidades. Por esta razão, os estados optam, quase instintivamente, por estratégias de maximização de poder. Segundo Mearsheimer (1994), “quanto maior a vantagem militar de um estado sobre outros estados, mais seguro está”. Neste sentido, mais é sempre melhor, sendo que a busca incessante por poder não está ligada a intenções “malignas” ou à existência de uma ameaça específica: “as grandes potências comportam-se de uma forma agressiva não porque querem ou porque possuem um impulso interior para dominar, mas porque têm de obter mais poder se quiserem maximizar a probabilidade de sobreviver” (Mearsheimer, 2001: 21).

O realismo ofensivo, quando entendido de uma forma transversal, não consente e não concebe “potências do status quo”, todas as potências são, sem exceção, potências revisionistas – no sentido em que todos os estados tentarão aumentar a sua parcela de

poder no sistema internacional se tiverem a oportunidade e a capacidade para o fazer. Isto é especialmente verdade quando nos referimos às grandes potências, as mais bem colocadas, em termos de capacidades, para capitalizarem oportunidades. Deste ponto de vista, as grandes potências não se remetem à passividade reagindo, mobilizando-se, apenas e só diante de ameaças iminentes; na sua tentativa de influenciar a distribuição de poder em conformidade com os seus interesses estratégicos, as grandes potências são proativas. Aliás, é possível ir mais longe: as potências que não aproveitam, de uma forma rapina, as oportunidades que têm de maximizar o seu poder, correm o risco de ficar numa situação de desvantagem – sobretudo se outras potências não forem tão indiferentes em relação às oportunidades com que se deparam. (Mearsheimer, 2001: 37-40) Por outras palavras, uma oportunidade desaproveitada pode, no devido tempo, traduzir-se em vulnerabilidade.

A consequência lógica da maximização do poder é a de que as grandes potências tentarão alcançar a hegemonia, a única solução aparente para o “dilema de segurança”. Contudo, o nível a que a hegemonia pode ser alcançada é alvo de disputa entre realistas ofensivos. É possível avançar que a hegemonia só pode ser alcançada ao nível regional, argumentando que “nunca houve uma hegemonia mundial e provavelmente não haverá tão cedo”. (Mearsheimer, 2001: 40-42) A dificuldade em alcançar a hegemonia a esta escala pode ser explicada com a necessidade de: (1) obter uma desproporcionalidade nuclear avassaladora, essencialmente a capacidade de atacar sem ser atacado de volta; e (2) de anular ou drasticamente diminuir o “poder de paragem da água”, sendo evidente a extrema dificuldade que é impor uma vontade alheia sobre uma região localizada à distância de um oceano (Mearsheimer, 2001: 114-119). Por outro lado, pode argumentar-se que uma potência hegemónica na sua região se sentirá convocada a alcançar a hegemonia mundial, efetivamente tentando romper com os limites propostos por Mearsheimer. Deste ponto de vista, não existe diferença estrutural substancial entre os níveis regional e mundial, a anarquia é ubíqua. (Layne, 2002) Pode ser dito que a diferença essencial entre os autores reside no facto de Layne ser capaz de conceber uma hegemonia mundial; Mearsheimer, por sua vez, não descarta a possibilidade de que algumas potências tentem concretizar esse desiderato, porém, considera a tentativa vã.

## **b) Geopolítica Clássica**

Diversas lacunas têm sido sinalizadas pela geopolítica crítica a respeito da geopolítica clássica. Entre as deficiências apontadas à geopolítica clássica, destaque para: (1) a insistência na racionalidade dos estados; (2) o subestimar da complexidade dos processos de tomada de decisão; (3) o seu aproveitamento para informar e dar uma razão ao imperialismo; e (4) a sua instrumentalização para promover e encobrir agendas pessoais e/ou de classe. (Toal & Agnew, 1992) Perpendicularmente, há quem assinale limitações à própria geopolítica crítica e desconsidere a sua utilidade (Kelly, 2006; Owens, 1999). Idealmente, estas opiniões encontrar-se-iam no meio, cada uma contribuindo com a sua perspectiva. Na prática, este relatório assume a preferência pela geopolítica clássica.

A geopolítica clássica sustenta-se, em grande medida, nas observações de um notável trio de intelectuais que foram especialmente prolíficos entre o fim do século XIX e meados do século XX, são eles: Alfred Thayer Mahan, Halford John Mackinder e Nicholas John Spykman. As suas molduras teóricas são complementares e consistentes entre si e tornaram-se pedra angular da disciplina. Desse ponto de vista, a geopolítica clássica pode ser entendida como “o estudo do impacto ou da influência de certas características geográficas, posições e localizações de regiões, estados e recursos [...] sobre a política e ação externa dos estados” (Kelly, 2016: 23) e baseia-se na suposição de que a sua importância “reside [...] no facto de que aborda uma dimensão importante do conflito internacional, o geográfico, e procura identificar e explicar padrões” (Gray, 2005: 26-27). Na geopolítica clássica, portanto, é particularmente saliente o papel preponderante da geografia na formação das dinâmicas de equilíbrio de poder; a geografia repercute diretamente no poder e nos interesses dos estados levando a conflitos sobre questões fundamentais.

Todas as grandes potências se fizeram a partir de estados que souberam adaptar-se às exigências e interpretar as oportunidades que a geografia representa, traduzindo em poder aquele que é um dado adquirido. Por outro lado, se estados falham em compreender ou agem à revelia do seu contexto geográfico, tornam a sua existência consideravelmente mais difícil. As características e o contexto geográfico de um estado também influenciam as lideranças (conscientemente ou inconscientemente) infundindo nestas uma perspectiva geopolítica dos interesses nacionais e levando-os a agir de maneiras que refletem essa sensibilidade, geoestrategicamente (Kelly, 2016: 74). A posição geográfica relativa pode

até ser a força motriz por detrás de decisões políticas e económicas para além do âmbito estrito da segurança e defesa nacional (Gray, 2012: 315). Dito isto, a geografia não predestina, em vez disso, fornece o contexto último no qual as atividades humanas, incluindo a política e as relações internacionais, ocorrem. Colin S. Gray (2013: 122) observou que “a geografia física pode ser facilitadora ou inibidora [...] é um palco montado por forças além do controlo humano” e sublinhou a importância de os líderes tentarem encontrar um equilíbrio entre “o perigo do determinismo (“a geografia predestina”) e o canto de sereia não menos enganador do construtivismo (“o destino é o que escolhemos fazer dele”).” (2012: 299)

A geopolítica clássica, enquanto método analítico, pauta-se por uma abordagem diacrónica e macroscópica às relações internacionais visando uma compreensão holística, não imediatista, dos fenómenos políticos em função do espaço. Ainda que implique um exame metuculoso de elementos particulares, o objetivo último é o de obter um retrato tão perene e abrangente quanto possível da realidade internacional, compatível com a própria persistência da geografia física. Por exemplo: apesar de os estados serem a unidade fundamental da análise e de se relevar a sua ação no espaço, no fundo, o que realmente intriga os correligionários da geopolítica clássica são os padrões que formam quando interagem e a forma como a geografia condiciona essa interação. (Buzan, 1995; Parker, 1991) No fundo, pode ser dito que a geopolítica clássica tenta compreender as relações internacionais de um ponto de vista “geoespacial”.

Outra característica da geopolítica clássica é a sua natureza dinâmica, pelo que está habilitada a explicar as transformações e as constantes da política internacional ao debruçar-se sobre as implicações (políticas e/ou estratégicas) do “diálogo” entre a geografia e os aspetos materiais e organizacionais da tecnologia (Ruggie, 1986: 131-157). Neste âmbito, é possível identificar três entidades geopolíticas primárias – potências marítimas, potências continentais e potências híbridas – e pelo menos três variáveis (tecnológicas) do poder – poder terrestre, poder naval e poder aéreo. (Owens, 1999) Assim, uma alteração substancial da forma como o homem concebe e interage (por meio da tecnologia) com o espaço e as alterações (reais ou percebidas) no equilíbrio de poder podem retirar ou conceder importância a determinadas geografias: para onde potências outrora olhavam com despeito, começam a ver oportunidades, ou onde viam segurança, descobrem ameaças (e vice-versa). Porém, a tecnologia não torna a geografia inconsequente e não anula a influência do espaço sobre as entidades geopolíticas, apenas

as pode intuir a deslocarem-se ou consolidarem a sua posição no eixo marítimo/continental (Grygiel, 2006: 22).

A geopolítica clássica também pode ser encarada como uma forma de realismo em que os efeitos da geografia e da tecnologia, individualmente ou em conjunto, assumem a dianteira (Ashworth, 2010). Embora não esteja tão bem definida quanto algumas teorias das relações internacionais – os seus pressupostos são frequentemente mencionados, raramente explicados – a geopolítica clássica assume, à semelhança do(s) realismo(s), contornos hobbesianos na leitura que permite das relações internacionais. O facto de a paisagem tecnológica estar em constante mudança e de que novos centros de poder, irremediavelmente, emergem (enquanto outros estagnam ou declinam) produz choques e tensões. Este encadeamento reflete a existência de um sistema internacional com uma “estrutura anárquica” em que a ordem e o caos coexistem. Nessa medida, a geopolítica clássica apresenta-nos um mundo caracterizado por rivalidades e dicotomias derivadas de posições geográficas e orientações estratégicas, entre elas: núcleo/periferia; potências marítimas/potências continentais; poder naval/poder terrestre; organizadores/idealistas. (Fettweis, 2015) Igualmente, torna-se evidente que, à semelhança do(s) realismo(s), na geopolítica clássica, os estados, entendidos como fenómenos do e no espaço – no sentido em que brotam deste e se manifestam neste –, estão no cerne da análise. Assim, estas entidades geopolíticas servem-se a si próprias, buscam poder e agem racionalmente sob a “estrutura anárquica” do sistema internacional (regulado única e exclusivamente pelas dinâmicas do equilíbrio de poder). (Parker, 1991)

A geopolítica clássica, portanto, é inerentemente interdisciplinar e trata de integrar a História, a Geografia e a Estratégia para expor padrões históricos e comportamentais nas relações internacionais, viabilizando uma compreensão integrada das causas e dos efeitos da ação e interação estatal (Sloan, 2017: 7-16). Ao contribuir para permitir reconhecer padrões (e tendências), a geopolítica clássica pode: (1) ao nível político, auxiliar no processo de tomada de decisão e planeamento estratégico; e (2) ao nível científico, concorrer/colaborar com outras teses para melhor explicar desenvolvimentos políticos.

### **c) Poder Naval**

De uma forma muito sucinta, o poder naval é o reflexo do poder do estado no domínio marítimo, mas ao contrário do que possa sugerir, não se refere à mera

representação militar do estado no mar, é uma medida da sua capacidade de salvaguardar os seus interesses influenciando os acontecimentos em terra através de corpos de água mais ou menos vastos (Corbett, 1911: 67; Mahan, 1890: 28). Essencialmente, o poder naval pode ser entendido em termos de “input” e “output”. O aspeto “input” refere-se à quantidade, qualidade e prontidão dos meios navais à disposição do estado; o aspeto “output” refere-se à influência do “input” sobre o comportamento de outros estados. (Till, 2004: 20-21) Demonstrações de força, como exercícios navais ou o destacamento de porta-aviões, sinalizam as capacidades e intenções de um estado no sistema internacional e evidenciam a sua disponibilidade no que toca à defesa dos seus interesses (em relação a outros estados). Não obstante, demonstrações e exercícios de força são apenas um elemento do espectro mais amplo do poder naval (Mahan, 1890: 30). Embora a mera presença de meios navais possa servir o propósito da dissuasão, por exemplo, a influência não se exerce apenas através de demonstrações abertas e/ou diretas de força, a capacidade de influenciar também advém da postura estratégica (mais extensiva ou menos extensiva) do estado no mar, de manobras diplomáticas em suporte dessa postura e da atuação militar propriamente dita (Corbett, 1911: 66).

O poder naval é um sinal de força e pujança nacional que contribui para o prestígio dos estados. Dito isto, todo o poder é relativo e o poder naval não é exceção. É inevitável que algumas potências disponham de um grau de poder naval superior à de outras, mas a maioria dispõe deste poder em alguma medida. Esta relatividade, irremediavelmente, pesa sobre o planeamento estratégico e implica que o “output” do poder naval possa ser influenciado (e geralmente é) pelo “input” de outras potências (Till, 2004: 22) num processo social de adaptação mútua em que vontades e capacidades independentes estão em contenda. Assim, embora medidas quantitativas e qualitativas possibilitem, de uma forma rudimentar, hierarquizar o poder naval dos estados, apenas um estudo comparado que considere questões essenciais – porquê e para quê – nos permitirá desvendar as suas vantagens e desvantagens relativas (Jackson, 2010: 12).

Reconhecendo a importância de outros “poderes”, é inegável a influência do poder naval. Inúmeras instâncias históricas evidenciam tentativas, que reverberam no presente, e as implicações de possuir (ou carecer de) controlo do mar (Gough, 1988: 55). Atualmente, apesar do progresso tecnológico constatado nas várias dimensões do poder, o papel singular do poder naval na transformação do sistema internacional não pode ser ignorado. Obviamente que o poder naval tem aplicações várias, nem todas diretamente relacionadas com o equilíbrio ou manifestações de poder, ainda assim, de um ponto de

vista macroscópico, a sua importância fundamental reside na orientação das relações políticas e económicas entre regiões (Till, 1984). No sentido em que é o poder que cobre maiores distâncias e conecta regiões que de outra maneira permaneceriam amplamente isoladas, nenhum outro poder tem a envergadura geoestratégica do poder naval. Poder naval é sinónimo de poder à escala regional e extrarregional.

Num mundo em que os sistemas de equilíbrio de poder estão separados por mar, o poder naval é a única forma eficaz de qualquer potência combater o “poder de paragem da água”. Dotado de uma marinha significativa, o estado pode esperar transformar o mar numa “grande autoestrada”, mantendo outras regiões abertas à sua influência (Mahan, 1890: 25). Aliás, a relação entre poder naval e influência global ou, pelo menos, extrarregional, foi há muito estabelecida pelos teóricos George Modelski e William Thompson, enfatizando que “o poder naval é condição sine qua non da ação política global, [...] é a condição necessária (embora não suficiente) de operações de alcance global – isto é, intercontinental” (1988: 13). Pelo contrário, sem uma marinha de guerra robusta, nenhuma potência pode esperar ser capaz de estender o seu alcance para além da sua vizinhança imediata; numa situação de extrema debilidade no mar, pode, inclusivamente, ficar vulnerável à intervenção externa.

O poder naval é capaz de proporcionar a superioridade noutros domínios, nomeadamente o terrestre. Admitindo que o poder terrestre fornece as condições de segurança indispensáveis para o desenvolvimento do poder naval, o poder naval funciona no sentido de estender o poder terrestre. Ou seja, sem o poder terrestre, o poder naval perde a condição essencial da sua sobrevivência, mas sem o poder naval, o poder terrestre nunca poderá atingir o seu verdadeiro potencial. Em termos bélicos, o fator decisivo em tempo de guerra, geralmente, é o poder terrestre, porém, o desinvestimento na marinha de guerra pode dificultar ou tornar impossível ao exército alcançar os seus objetivos. Mesmo não possuindo propriedades excecionais que lhe permita vencer, por si só, uma guerra, o poder naval possui a “capacidade inestimável de moldar os termos em que uma guerra é travada” (Gray, 1992: 289). Por outras palavras, embora o poder naval não vença guerras terrestres, pode contribuir para moldar as condições sob as quais estas guerras são travadas e, possivelmente, vencidas.

## **Sobre as potências continentais e a sua propensão para o mar**

Contactos estabelecidos no decurso do processo para a efetivação do estágio deram a conhecer ao estagiário a necessidade de redigir e apresentar um “trabalho final” que se propusesse a abordar uma questão relevante para o Estado-Maior da Armada, incorporasse os conhecimentos do estagiário na sua área de formação e incidisse sobre algo do interesse específico do estagiário – uma “exigência” do próprio tutor.

No período em que o estágio decorreu, muita da atenção e esforços concentraram-se na condução da investigação “Sobre as potências continentais e a sua propensão para o mar: enquadramento geopolítico e geoestratégico do poder naval chinês”, tema proposto pelo estagiário e acordado com o tutor. Em boa verdade, o tema baseou-se numa proposta de dissertação de mestrado, trazia consigo alguma bagagem. Não obstante, o tutor não exigiu uma transformação substancial na forma como o raciocínio se organizava, tornou-se apenas indispensável conter a possibilidade de a investigação divergir e assumir “vida própria”, aplicando o raciocínio preexistente ao caso concreto chinês e delimitando o perímetro da investigação.

Pormenores foram acertados relativamente rapidamente, ainda o estágio não tinha começado. A pergunta de partida foi colocada e as perguntas derivadas foram definidas escrupulosamente, pois do seu apuro dependia uma resposta útil à pergunta de partida. Assim, as perguntas avançadas foram: a de partida, “Pode a China conciliar a sua natureza continental com o poder naval?”; e as derivadas, (1) “Porquê que a China desenvolve poder naval?”, (2) “Em que medida essa tentativa se compara às tentativas de outras potências continentais no passado?” e (3) “Quais as potencialidades e vulnerabilidades geoestratégicas da China?”. Antecipando a necessidade de destilar um enredo que existia apenas em abstrato, um esboço de índice foi produzido onde se elencaram as teorias e conceitos que sustentariam e norteariam a investigação, mormente o realismo ofensivo, o poder naval, o “Heartland” e o “Rimland”, e a forma como se iriam suceder no decorrer da indagação. Foi igualmente inevitável desvendar, na medida do possível – tendo em conta a fase incipiente em que os trabalhos se encontravam –, a forma como as teorias e conceitos se iriam relacionar, bem como apontar, genericamente, o rumo que a investigação iria tomar, algo discutido mais adiante neste relatório.

As razões próximas e distantes, profissionais e pessoais que motivavam o desenvolvimento do tema, naqueles moldes, foram também explanadas e discutidas. Estas

razões prendiam-se com o grau a que o tema estava pensado pelo estagiário no âmbito do mestrado (para o qual contribuíram uma diversidade de agentes) e com a tentativa de lançar os alicerces de uma empreitada mais elevada, na esperança de que o mesmo tema, já noutros moldes, pudesse vir a ser aprofundado no futuro, respaldando-o numa tese de doutoramento. A escolha do tema também esteve relacionada com o facto de se considerar oportuno trazer à ribalta não só o(s) realismo(s) enquanto teoria(s) das relações internacionais, como também a geopolítica, sobretudo no que refere aos dois domínios essenciais que a informam, o marítimo e o terrestre. Olhando aos contornos que a política internacional tem vindo a assumir na última década, esta abordagem é mais do que adequada, é verosímil. Nesta senda, trazer à tona o realismo ofensivo e a geopolítica clássica, especificamente, não podiam fazer outra coisa senão sentido. Para além disto, considerou-se que uma interpelação geopolítica e geoestratégica ao poder naval chinês seria enriquecedora para a instituição de acolhimento do estágio, visto debruçar-se sobre a sua essência, o poder naval, e tentar contextualizar, bem como prospetivar, as forças motrizes e os mais altos escalões do ambiente externo em que a Marinha Portuguesa terá de atuar. Outras razões para a escolha do tema tiveram que ver com a interdisciplinaridade, inerentemente desafiante e estimulante, a que o assunto remetia e remete e com a predisposição e predileção do estagiário, não só pela própria interdisciplinaridade, mas também pela intemporalidade das questões levantadas.

Por fim, os prazos e ambição foram consensualizados, tendo o tutor mostrado disponibilidade para rever os objetivos a qualquer momento, dado que o nível de ambição demonstrada poderia revelar-se um obstáculo à conclusão atempada da investigação. A flexibilidade do tutor foi determinante pois permitiu ajustes dentro do tema pré-acordado, sem nunca divergir do mesmo, e deixou o estagiário numa situação de expediência, funcionando como uma rede de segurança e concedendo o espaço de manobra para explorar diferentes possibilidades e hipóteses. Disto pôde-se retirar que o equilíbrio entre a ambição e a concretização, mantido por um diálogo sereno e constante, é fundamental para o sucesso de qualquer investigação. A flexibilidade e adaptabilidade mostraram-se frutíferas, permitindo que a investigação evoluísse de acordo com as necessidades e surpresas colocadas a descoberto ao longo do processo.

## a) Métodos e objetivos

Constituindo a Geopolítica e a Geoestratégia peças fundamentais na área disciplinar das Relações Internacionais, através da investigação conduzida durante o estágio, visou-se contribuir para o estabelecimento de um pensamento sistemático sobre a relação das potências continentais com o poder naval. Esta relação ficou particularmente refletida na presumida propensão da China para o mar, na sua intenção de se constituir enquanto potência hegemónica regional através da assimilação do poder naval e nas potencialidades e vulnerabilidades com que se depara nessa demanda. Com a intenção de versar com a devida propriedade sobre as incumbências em questão, a investigação seguiu uma tipologia de pesquisa qualitativa, valendo-se de uma recolha de dados bibliográficos e documentais – abrangendo fontes primárias e secundárias –, e assentou sobre os paradigmas teóricos da geopolítica clássica e do realismo ofensivo.

A investigação partiu do pressuposto que os estados são entidades subordinadas às leis da natureza, pelo que procuram adaptar-se para sobreviver e crescer para prosperar num ecossistema onde só a força garantirá a sobrevivência. Deste modo, ao longo da investigação, deu-se relevância à dicotomia potência marítima/potência continental (Mahan, 1890; Mackinder, 1904, 1919, 1943), bem como à lógica dos poderes conjugados de Nicholas J. Spykman (1942, 1944); as quais se determinou fazerem especial sentido quando partimos do pressuposto que os estados se adaptam politicamente ao meio envolvente e que carregam consigo uma carga “genética” derivada desse processo adaptativo. Abordada nas mais diversas áreas do conhecimento, ficou claro que a oposição entre o mar e a terra é intemporal e que as características de ambos os espaços contribuem para a formação e identificação dos estados ao mesmo tempo que condicionam e inspiram a estratégia. Não só foi possível avançar a possibilidade de contemplar no espaço a distribuição do poder entre potências como foi possível observar que o espaço tem a sua própria força criadora.

Evidentemente, a investigação não se debruçou apenas sobre considerações “geoespaciais”, pois verificam-se insuficientes quando se trata de dar uma explicação tão abrangente quanto possível para os fenómenos intemporais da política internacional. Deste modo, a investigação referiu-se também à “estrutura anárquica” do sistema internacional e ficou patente que esta estrutura invisível pesa sobre todos os estados, sem exceções. Como tal, estes naturalmente enveredam por estratégias de maximização de poder e agem racionalmente para garantir a sua segurança e sobrevivência; sendo a

consequência lógica destes esforços a conquista da hegemonia regional. No caso das grandes potências, esta dedução, explícita no realismo ofensivo (Mearsheimer, 2001), é especialmente válida e guiou a investigação: a aposta racional, no contexto de um sistema internacional anárquico onde impera a incerteza, é sempre a maximização do poder relativo (suprindo deficiências, remediando vulnerabilidades e obtendo vantagens), a única garantia da sobrevivência a longo prazo.

A competição, rivalidade e hostilidade entre grandes potências é uma das realidades mais duradouras na história das relações internacionais, uma realidade na qual a “estrutura anárquica” do sistema internacional e a geografia física são os fatores mais persistentes. Neste sentido, o concerto entre a geopolítica clássica e o realismo ofensivo foi imprescindível à investigação. Para auxiliar na compreensão da perpetuidade dos conflitos entre grandes potências, valerá sempre a pena aliar o realismo à geopolítica de maneira que permitam conceber uma visão holística do comportamento (ação e interação) das grandes potências. No âmbito da investigação, esta aliança proporcionou uma lente através da qual compreender o comportamento da China e as potencialidades e vulnerabilidades com que se depara na tentativa de obter a hegemonia regional – reconhecendo que na busca desenfreada por poder a China encara o poder naval de uma forma ambivalente, enquanto desígnio e enquanto contrariedade.

Com efeito, a investigação abordou a dicotomia potência marítima/potência continental com o objetivo de determinar se a China poderá conciliar a sua natureza continental com a assimilação do poder naval e a obtenção da hegemonia regional. Nesta medida, três objetivos particulares correram paralelamente ao objetivo geral: (1) tendo como referência a geopolítica clássica e o realismo ofensivo, apresentou-se um retrato geopolítico e geoestratégico das potências continentais (por oposição às potências marítimas) tão generalizável e atual quanto possível; (2) refletiu-se sobre o nexo potências continentais-poder naval-hegemonia regional, de maneira que se pudesse conceber um racional capaz de explicar a atração das grandes potências continentais pelo poder naval; e (3), partindo do pressuposto que grandes potências continentais aspiram à hegemonia regional e de que para esse efeito têm como última provação o desenvolvimento sustentado de poder naval e o controlo dos mares adjacentes, colocou-se em evidência as potencialidades e vulnerabilidades com que a China se depara nessa demanda, mormente aquelas que decorrem da geografia (física e humana) e das dinâmicas suscitadas pelas flutuações/alterações no equilíbrio de poder.

## **b) Procedimentos e descrição**

O trabalho de investigação decorreu ao longo de todo o estágio, correspondeu ao grosso da atividade exercida no seio do EMA e envolveu múltiplas pessoas, nem todas ligadas ao meio ou à área, mas que apoiaram e inspiraram o resultado final (55 páginas de conteúdo). A composição não seguiu de perto o método científico e houve liberdade para a expressão de pontos de vista menos convencionais (desde que devidamente fundamentados), algo que o tutor, assim como outros oficiais, permitiram e incentivaram. Aliás, a prática descrita é comum nas várias divisões que compõem o EMA; as intervenções e manuscritos valorizam-se pelo seu conteúdo e aplicabilidade, não tanto pelo seu rigor metodológico.

Durante todo o processo de redação, houve a intenção declarada de fazer da investigação um exame tão objetivo quanto possível da realidade. Com exceção de um *post scriptum* que remete para a opinião pessoal, ainda que devidamente fundamentada, a composição mantém um tom neutro, evita a subjetividade das opiniões ou a ênfase indevida em aspetos particulares. Também desconsidera a ideologia e a moral posto que variam no espaço e no tempo; ao contrário da persistência e durabilidade da geografia física, da “estrutura anárquica” do sistema internacional e da natureza humana, são areia movediça para o sustento de qualquer análise e nem sempre são lentes úteis através das quais fazer uma leitura sóbria das relações internacionais – equidistante das paixões e indignações que os processos geopolíticos despertam. O objetivo foi fornecer um panorama abrangente e equilibrado que tivesse em consideração os interesses estratégicos de todas as potências envolvidas.

Numa primeira fase da investigação, procurou-se evocar um conjunto de autores, palavras e expressões-chave que serviriam de bússola ao arranque da empreitada e que se mostraram especialmente úteis no momento de reunir a literatura entendida como necessária, uma tarefa para a qual os recursos bibliográficos e documentais da Marinha Portuguesa e do próprio tutor contribuíram consideravelmente, mormente no que se referiu ao poder e à estratégia naval. Estes autores, palavras e expressões-chave orbitavam em torno de ideias que, à altura, se encontravam num estado relativamente embrionário, pelo que houve o discernimento de se verificar a sua exequibilidade, e surgiram da necessidade de compreender melhor a moldura teórica que iria orientar a investigação bem como a forma como o navalismo permeia essa moldura e prospera sempre que uma

perspetiva realista e clássica das relações internacionais é privilegiada. Esta fase compreendeu cerca de um mês (janeiro). À medida que o raciocínio se foi consolidando e a narrativa se encadeando, veio à tona a necessidade de socorrer a investigação de outro tipo de bibliografia, mais direcionada para questões específicas. No entanto, este foi um processo já menos moroso, pois ao contrário da primeira pesquisa bibliográfica, houve, desde logo, uma convicção no rumo que a investigação estava a tomar e uma noção muito concreta das perguntas que esta pesquisa paralela, na sua esporadicidade, teria de responder. Esta pesquisa incidiu quase sempre sobre livros e artigos que: (1) enfatizavam a influência da geografia física sobre as relações internacionais e sobre a formulação da estratégia; e (2) incidiam sobre os processos geo-históricos das entidades geopolíticas selecionadas pela sua adequação às teorias propostas, entre as quais a Alemanha, a China e os Estados Unidos. Sempre que se julgou conveniente e pertinente, as incumbências da investigação, para além de irem ao encontro de teorias bem estabelecidas, foram ilustradas com o recurso a este último lote de bibliografia.

Uma segunda fase incidiu sobre a leitura intercalada com a redação. Este processo decorreu ao longo de quatro meses (fevereiro, março, abril e maio) e foi conciliado na plenitude com várias outras atividades que surgiram no âmbito do estágio – algumas das quais são alavancadas num capítulo subsequente dedicado à temática do estágio curricular e das atividades desenvolvidas. Para já, nas próximas linhas, os vários capítulos que compõem a investigação serão abordados (pela ordem em que aparecem no documento) no sentido de, sucintamente, descrever como se procedeu à sua composição e em que consistem especificamente.

O primeiro capítulo, “Realismo Ofensivo e Poder Naval”, envolveu a identificação de alguns dos temas e argumentos que iriam nortear a investigação. A “estrutura anárquica do sistema internacional”, a estratégia de “maximização de poder”, o “poder naval” e a “hegemonia regional” são conceitos particularmente salientes. Inicialmente, as peças pareciam encaixar na perfeição, porém, com o passar do tempo, a certeza inicial esmoreceu. Subitamente, a complexidade do raciocínio original tinha-se mostrado maior do que a antecipada, algo que obrigou a uma introspeção profunda e à decomposição esquemática das variáveis. Esta atribulação, por sua vez, deu lugar à necessidade de expor o conteúdo do capítulo de uma forma tão didática quanto possível, descomplicando a lógica subjacente e dando especial atenção ao fluxo da narrativa. Cada parágrafo procurou introduzir o próximo, construindo uma sequência coerente e

composta. Por exemplo, a secção que detalha a dinâmica da busca desenfreada pelo poder – em que as grandes potências se inserem –, tentou preparar o terreno e oferecer uma transição adequada para a secção subsequente em que o poder naval é tido não só como parte dessa busca, mas também como instrumento da mesma.

O capítulo introdutório teve ainda a preocupação de proporcionar uma análise diferenciada, destacando pontos de vista contrastantes sobre temas em que existem opiniões divergentes. Por exemplo, as propostas de John Mearsheimer (2001) e de Christopher Layne (2002) em relação à hegemonia foram elucidadas de modo a fornecer uma visão abrangente e não exclusiva de uma perspectiva, ainda que uma delas tenha sido entendida como a mais viável. A teoria dos limites (regionais) impostos à hegemonia pelo “poder de paragem da água” e pelas armas nucleares, de Mearsheimer, foi adotada. “Realismo Ofensivo e Poder Naval” debelou-se também com a(s) estratégia(s) de anti-acesso e de negação de área (A2/AD). Reconhecendo a crescente importância dessas capacidades para a dissuasão e para a condução da guerra no domínio marítimo, parte significativa deste capítulo foi dedicada a entender os seus fundamentos, aplicações e implicações para potências que ambicionam a hegemonia regional, caso inequívoco da China (de acordo com o realismo ofensivo).

Concluiu-se que o conflito pela hegemonia regional é um conflito que se desenrola, sobretudo, ao nível do sistema de equilíbrio de poder regional, no entanto, conta com a intervenção de potências extrarregionais. Neste conflito, grandes potências distantes e a potência hegemónica regional em potencial olham para o mar com interesse, porém, as suas necessidades em termos de poder naval são contrastantes. A principal preocupação para qualquer grande potência com ambições extrarregionais mais ou menos expansivas é a de garantir o acesso às regiões nas quais deseja manter ou expandir a sua influência. Em contraste, uma potência que ambiciona a hegemonia regional tem o acesso à sua própria região relativamente facilitado. No entanto, como a intervenção de uma grande potência distante pode frustrar as suas pretensões hegemónicas, a potência que ambiciona o cumprimento deste desiderato tem interesse em isolar a sua região da interferência externa. A estratégia e as forças armadas de uma grande potência que ambiciona a hegemonia regional devem, portanto, refletir uma forte preferência pela negação do uso do mar às grandes potências distantes. Por outras palavras, para poder intervir numa outra região, uma grande potência distante terá de assegurar um grau de controlo do mar que lhe permita a projeção de poder sobre a distância transoceânica em causa. Paralelamente, o poder naval de uma grande potência que ambiciona a hegemonia

regional terá como objetivo primordial isolar a sua região contra interferências extrarregionais. Em termos concretos, na sua tentativa de negar o uso dos mares adjacentes, a China tenderá a priorizar uma marinha de guerra numerosa, debruçada sobre as águas limítrofes, e construída em torno de capacidades que sirvam o propósito do anti-acesso e da negação de área (ao invés de tentar espelhar a marinha do seu principal adversário extrarregional).

O segundo capítulo, “A Geopolítica Clássica”, introduziu e dedicou-se à definição deste arquétipo e à explanação das teorias que, por uma questão de tempo disponível e adequação, foram entendidas como essenciais para projetar a investigação no sentido de responder às perguntas colocadas. Estas teorias foram: a teoria do Heartland, de Halford Mackinder; e a teoria do Rimland, de Nicholas Spykman. Para o efeito, realizou-se uma revisão abrangente das fontes primárias, particularmente das obras “*The Geographical Pivot of History*” (1904) e “*Democratic Ideals and Reality*” (1919), de Mackinder, e “*America’s Strategy in World Politics*” (1942) e “*The Geography of the Peace*” (1944), de Spykman. Esta etapa recorreu também a fontes secundárias, mormente artigos científicos, com o objetivo de compreender que percepção existe sobre os autores na comunidade científica e que críticas são apontadas ao seu trabalho (embora essas não tenham feito diretamente parte do texto final).

O capítulo deu azo a uma categorização e explanação sistemática dos conceitos propostos por Mackinder e Spykman que se consubstanciam na dinâmica de poder entre potências marítimas e potências continentais. Neste sentido, os conceitos foram distinguidos, alertando para as instâncias em que se sobrepõem, convergem ou divergem, de maneira a garantir a inteligibilidade e coerência dos capítulos posteriores. Para esse efeito, houve ainda o cuidado de organizar o conteúdo de ambos os teóricos cronologicamente. Esta forma de proceder forneceu um fluxo lógico, permitindo uma exposição clara de como as teorias evoluíram em resposta ao progresso tecnológico e a eventos de natureza política.

Dada a natureza diacrónica da geopolítica e havendo a necessidade de perscrutar as teorias destes intelectuais por referências à China, julgou-se obrigatório redigir sobre a aplicabilidade das mesmas ao cenário geopolítico contemporâneo, relacionando-as com a ascensão da China e com a ameaça que essa ascensão pode representar para as potências marítimas, no geral, e para a potência marítima dominante, em particular. Ao justapor os lampejos de Mackinder e Spykman com a contemplação do sistema internacional (como

se encontra atualmente) a investigação visou demonstrar a relevância intemporal destas teorias.

Ainda neste capítulo, o segundo mais extenso pela razão de que lançou os alicerces para a análise do contexto geopolítico e geoestratégico em que a China se insere, a dicotomia potência marítima/potência continental foi esmiuçada com recurso a considerações subsidiárias da geopolítica clássica e do realismo ofensivo. Esta secção foi aquela em que o estagiário mais ponderou sem, ainda assim, ter chegado a conclusões definitivas e plenas de empirismo. A bifurcação proposta não está consolidada, é um processo que ainda decorre, porém, houve progressos consideráveis nessa empreitada. O estagiário tomou a liberdade de interpretar e adaptar uma variedade de textos que se debruçavam sobre a dicotomia, desde artigos científicos a tratados geopolíticos, descartando ou incorporando teses com base numa perspetiva sobre a dicotomia exclusivamente derivada da geopolítica clássica e suportada pelo realismo ofensivo. A liberdade de que o estagiário gozou neste processo obviamente refletiu uma conceção pessoal sobre uma dicotomia, infelizmente, meramente afluída na contemporaneidade (que privilegia outras dicotomias). Contudo, o estudo realizado contribui para o reavivar do debate, apresenta-se inovador e encontra-se devidamente sustentado. Uma abordagem futura ao tema é indispensável. Ao não explorar em profundidade temáticas intemporais como a dicotomia potência marítima/potência continental, provocamos um escotoma na abordagem das Relações Internacionais e da Estratégia. As forças impessoais e elementares que regem o sistema internacional e que condicionam diretamente o comportamento dos estados não devem ser ignoradas; a dicotomia deverá estar presente em qualquer análise realista da ação e interação entre grandes potências.

Para o efeito de decompor a dicotomia, foi empregue uma metodologia comparativa, alinhando potências marítimas e potências continentais para destacar o que, no seu cerne, as distingue, os respetivos imperativos geopolíticos e, em termos genéricos, a sua orientação geoestratégica. Esta forma de agir permitiu delinear, claramente, formas e modos de atuação independentes, mas também instâncias em que estes modelos de potência convergem ou divergem, despoletando conflitos. Igualmente, de modo a garantir a relevância e a atualidade do trecho, mergulhou-se na dinâmica competitiva entre os Estados Unidos e a China, algo que, naturalmente, envolveu interpelar as suas ambições e estratégias navais, bem como as tensões inerentes decorrentes das suas respetivas prerrogativas.

O terceiro capítulo remeteu para o estudo do que se definiu por “propensão marítima” ou “propensão para o mar” no contexto das grandes potências continentais e, particularmente, chinês. Este processo não foi isento de desafios pois partiu de uma formulação do próprio estagiário que tinha como objetivo discernir as implicações do que se entendeu por bem rotular de “propensão para o mar” e como/quando esta propensão é manifestada, fornecendo uma explicação clara e acessível e derivando conclusões úteis, ainda que não definitivas.

Com base na revisão da literatura, o estagiário identificou três fatores-chave que apontam para a propensão marítima de uma potência continental: (1) o incremento da dependência económica de mercados e recursos ultramarinos; (2) um pendor naval na estrutura das forças armadas; e (3) a procura de entrepostos marítimos para sustentar uma presença marítima avançada. Uma abordagem comparativa foi empregue, justapondo a agitação chinesa no domínio marítimo com instâncias históricas em que outras potências continentais demonstraram propensão para o mar. Esta apreciação diacrónica permitiu o evidenciar de padrões, nomeadamente a forma como a aposta numa força naval avassaladora por parte de grandes potências continentais está quase sempre relacionada com a hegemonia regional.

A China, enquanto caso de estudo, evidentemente foi a prioridade da análise e a importância das rotas marítimas no comércio e nas relações internacionais foi sublinhada. Isto, naturalmente, exigiu a consulta de algumas estatísticas comerciais e referências geo-históricas com a preocupação de enquadrar geopoliticamente e geoestrategicamente os dilemas do comércio marítimo. O papel desempenhado pelas potências marítimas dominantes no controlo dessas rotas e a influência ou coerção que exercem ao longo das mesmas, sobre os países adjacentes, foi alvitado. Invariavelmente, esta abordagem fundiu-se com o realismo ofensivo e o estagiário determinou que uma “conceção absoluta de segurança” está entranhada na China. Esta conceção: (1) deriva de uma perspectiva da rivalidade entre grandes potências informada pelos jogos de soma zero; e (2) informa o modus operandi chinês, o que, na prática, significa que Pequim está a tentar, no âmbito marítimo regional, colocar todas as fontes de incerteza (reais ou percecionadas) sob controlo direto, não querendo depender de terceiros para esse efeito.

Um subcapítulo foi dedicado aos “Constrangimentos geoestratégicos das grandes potências continentais” (no contexto da propensão para o mar) com o objetivo de retirar ilações admissíveis e acomodáveis à circunstância em que a China contemporânea se encontra. Para o efeito, procedeu-se a uma revisão histórica das dificuldades que grandes

potências continentais do Rimland normalmente enfrentam na tentativa de assimilação do poder naval, instrumento essencial para o estabelecimento da hegemonia regional. A exploração utilizou como referência três momentos históricos distintos, representativos das últimas três guerras hegemônicas pelo controlo do Rimland (ou parcelas substanciais do mesmo) e envolveu três estudos de caso concretos: a França Napoleónica (1799-1815), a Alemanha Guilhermina (1888-1918) e a Alemanha Nazi (1933-1945), salientando os seus desígnios regionais e dificuldades com que se depararam. A geografia (e as vantagens e desvantagens que concede) assumiu um papel de destaque e o capítulo introdutório de *“The Influence of Sea Power Upon History”* (Mahan, 1890: 25-89), sobre “os elementos do poder naval”, demonstrou-se indispensável, sobretudo no que diz respeito às “condições gerais que afetam o poder naval” – entre elas a posição, configuração, extensão e população de um determinado território. Igualmente, as complexidades do mecanismo de equilíbrio de poder europeu, tido como subsidiário da geografia, foram desvendadas e ficou evidente o papel determinante que desempenhou na moderação do ímpeto naval das potências continentais que ambicionaram a hegemonia regional. O caso russo foi secundarizado pela razão óbvia de que não se situa no Rimland; a sua utilidade para a análise comparada dos constrangimentos geoestratégicos que a China enfrenta é limitada. Ainda assim, a Rússia figurou enquanto composto essencial das “pressões híbridas” de que as potências objeto do estudo padeceram. Estas “pressões híbridas” referem-se aos problemas levantados e às contrariedades provenientes das vertentes marítima e continental, sendo que a Rússia constituiu, nos três estudos de caso, parte substancial da pressão exercida desde a vertente continental das potências examinadas.

O quarto, último e mais extenso capítulo, sobre as “Potencialidades e vulnerabilidades geoestratégicas da China”, incorpora diretamente as ilações obtidas do capítulo anterior e está dividido em três subcapítulos: “Uma assimetria geográfica”, “A vertente continental” e “A vertente marítima”. O capítulo foi o culminar do processo investigativo e complementou, a um nível prático, as considerações tecidas ao longo da investigação. Desta maneira, o capítulo apresentou-se pleno de consequência metodológica e fechou o círculo que começou a ser desenhado em “Realismo Ofensivo e Poder Naval”.

Ao contrário do sucedido em capítulos anteriores, que se sustentaram em bibliografia exclusivamente anglo-saxónica, julgou-se importante a consulta de documentos estratégicos de autores chineses para este capítulo, fossem esses documentos

oficiais ou não-oficiais. A versão original destes documentos encontra-se em mandarim e são de acesso relativamente fácil, porém, o estagiário recorreu às suas traduções integrais, algumas das quais providenciadas pelo *U.S. Naval War College* através de projetos que se dedicam a esse esforço como forma de dar resposta à crescente procura que o atual momento histórico tem dado alento. A perceção chinesa de si próprios e do mundo obviamente que conta e não é exequível discorrer com a devida propriedade sobre nada que diga respeito à China, os seus anseios, interesses e desígnios, sem ter em conta o ponto de vista dos principais visados. Qualquer abordagem que ignore esta premissa corre o sério risco de se encontrar enviesada pelos preconceitos, ângulos de análise e lugares-comuns da perceção anglo-saxónica. Assim, teorias bem estabelecidas no “Ocidente”, mas que encontraram e fazem o seu caminho noutros espaços, foram complementadas por perceções regionais (chinesa, indiana e russa), mas também extrarregionais (norte-americanas), por sua vez integradas num todo coerente de modo a fornecer um retrato do entorno estratégico chinês tão aproximado da realidade quanto possível.

Do comportamento e constrangimentos de outras grandes potências continentais que fizeram da hegemonia regional seu desígnio, foi possível discernir dois desafios que a China irá ou poderá enfrentar no século XXI: (1) não será capaz de manter a superioridade em ambos os flancos (marítimo e continental), pois obedece ao princípio da concentração estratégica – uma orientação é priorizada, alternadamente, em relação à outra; e (2) poderá ser pressionada, em simultâneo, por potências rivais/hostis em ambos os flancos. Por isto, a China correrá o risco de diluir recursos e esforços entre responsabilidades e compromissos continentais e marítimos. De maneira a evitar ficar cativa destas “pressões híbridas”, o assumir de compromissos numa direção necessariamente exigirá que a China reduza as suas vulnerabilidades na direção oposta. Por outras palavras, se a China está profundamente envolvida em compromissos marítimos e quer continuar a somar a esses compromissos, terá de garantir que as relações com os seus vizinhos continentais se mantêm estáveis. Deste modo, a estabilização de uma vertente (a continental) viabilizará que Pequim dedique mais recursos e atenção à outra vertente (a marítima).

Em “Uma assimetria geográfica”, os distintos processos geo-históricos em que China e Estados Unidos se viram envolvidos e as discrepâncias genéticas e estruturais existentes entre ambos são apresentadas de modo a compreender quais as vantagens e desvantagens inerentes às suas posições geográficas relativas e de que maneira essa

conjuntura influencia a competição/rivalidade sino-americana. Bases de dados geográficos – mapas ilustrados e imagens de satélite, sobretudo – foram consultados de modo que proporcionassem uma compreensão razoável da geografia física, das dinâmicas fronteiriças e dos respetivos domínios marítimos. Este esforço mergulhou nas principais épocas, decisões e pontos de inflexão que influenciaram a trajetória histórica dos Estados Unidos e da China, proporcionando um pano de fundo contra o qual os reflexos contemporâneos do seu comportamento e a sua cultura estratégica poderiam ser entendidos e racionalizados. Evidentemente, houve um empenho de meios e um investimento de tempo muito maior no que diz respeito à China, não só por ter sido o principal objeto de estudo, mas também porque o seu entorno demonstra-se infinitamente mais complexo e, ao mesmo tempo, mais rico (em termos do potencial investigativo) do que o norte-americano.

Desse subcapítulo concluiu-se que a China é uma potência continental que sofre de uma insegurança crónica derivada de um vasto panteão de ameaças distribuídas entre vertentes (marítima e continental). Durante a conquista do continente, os Estados Unidos sujeitaram-se a pressões semelhantes às da China contemporânea e por isso comportaram-se de uma forma análoga. No entanto, estabelecido o domínio sobre o continente por meio da conquista e da compra de territórios, tornaram-se predispostos a desenvolver uma orientação marítima e o poder naval que lhes proporcionou a hegemonia regional, reduzindo à insignificância qualquer possível ameaça à sua sobrevivência proveniente da América do Norte e excluindo todas as grandes potências extrarregionais do equilíbrio de poder regional. Desta maneira, os Estados Unidos cessaram de ser uma potência manifestamente continental e atualmente empunham muitos dos atributos constitutivos de uma potência marítima. A China não se encontra na mesma circunstância, configura um caso de potência continental muito mais nítido do que o caso norte-americano. Esta realidade implica insegurança e conduz à securitização das relações com os seus vizinhos; sendo o único atenuante possível para esta dinâmica estruturalmente desfavorável, a obtenção da hegemonia regional. Assim, atualmente, a China, à semelhança dos Estados Unidos no passado, porque se sente suficientemente confortável com o seu flanco continental, propõem-se a dar um rumo crescentemente marítimo à sua estratégia na tentativa de excluir os Estados Unidos do Pacífico Ocidental, o pré-requisito essencial da hegemonia regional.

Tal como adiantado anteriormente, e no seguimento lógico do capítulo anterior, as vertentes marítima e continental chinesas são decompostas em dois subcapítulos subsequentes. Esta abordagem foi intencional e está devidamente fundamentada. Constatou-se que uma análise repartida entre vertentes geográficas não só simplificava essa tarefa e tornava a digestão da informação mais cómoda para o leitor, como também era a mais adequada por duas razões muito concretas: (1) tinha em consideração e correspondia de perto à dicotomia sugerida na moldura teórica proposta pela geopolítica clássica; e (2) reproduzia as ilações obtidas de capítulos prévios, nomeadamente o que se referiu aos “Constrangimentos geoestratégicos das grandes potências continentais”.

No que concerne a vertente continental chinesa, a investigação localizou-se na interseção entre a geografia (física e humana) e as relações internacionais e teve como objetivo dissecar as potencialidades e vulnerabilidades da China neste flanco de modo a perspetivar desenvolvimentos futuros que pudessem suportar ou dificultar a sua tentativa de obtenção da hegemonia regional através da assimilação do poder naval.

Os dados recolhidos sobre a geografia humana da China permitiram segmentar a China em dois hemisférios distintos: (1) o núcleo Han, a leste; e (2) a periferia, a oeste, habitada por diversas minorias étnicas. A dicotomia núcleo/periferia reproduz a importância do conceito de “profundidade estratégica” e é uma característica definidora do dilema geoestratégico chinês. Ficou também claro que a China não está a usar diretamente do poder militar para fazer valer os seus interesses, está a valer-se de instrumentos geoeconómicos, sobretudo. Iniciativas como a Nova Rota da Seda e a Organização para a Cooperação de Xangai foram alvo de apreciação e ficou claro o seu papel na salvaguarda dos interesses económicos e securitários chineses. De igual modo, as implicações da tentativa de expansão da influência chinesa em direção à Ásia Central e Meridional, não foram ignoradas. Neste âmbito, a geografia das fronteiras sino-russa e sino-indiana (as grandes potências asiáticas) e o tipo de relações que essa geografia, até certo ponto, determina, foram descritas. Em seguida, o potencial de Moscovo e de Nova Deli enquanto possíveis contrapesos à China, foi avaliado, e as armadilhas que poderão aguardar a China nas regiões que pretende conectar e alcançar através do investimento em infraestrutura, foram exploradas.

Concluiu-se que, da mesma forma que para a França e a Alemanha, no passado, para a China hodierna, o flanco continental representa tanto uma oportunidade quanto uma vulnerabilidade para a segurança e defesa nacionais. O sucesso da China está

intimamente ligado à sua retaguarda e a margem de manobra de que Pequim usufrui, atualmente, no domínio marítimo baseia-se num grau razoável de estabilidade ao longo das suas fronteiras terrestres. Em caso contrário, a China ver-se-ia obrigada a dividir a sua atenção em direções diametralmente opostas, impedindo a concentração estratégica numa única frente. Não obstante, até ao momento, não houve nada que se assemelhasse a uma sobrecarga securitária na vertente continental que impusesse escolhas difíceis em relação aos recursos e meios a disponibilizar à vertente marítima. Da análise também se pôde arrematar que Pequim reduz substancialmente os riscos do seu pivô ao manter a parceria com a Rússia – que desempenha um papel preponderante ao fornecer profundidade estratégica no combate à pressão que a potência marítima dominante irá exercer a partir do mar. Esta é a melhor hipótese que a China tem de transcender a dinâmica competitiva desfavorável da qual potências continentais-navais anteriores padeceram. Enquanto a China estiver comprometida com a Rússia poderá evitar a pior das circunstâncias em que se poderia encontrar, ou seja, a pressão simultânea exercida pela grande potência do Heartland e pela potência marítima dominante. No cenário mais favorável, a China colocar-se-á na posição imaginada por Mackinder quando observou que a China, poderia, em algum momento da história, consolidar em seu torno os recursos de um Heartland alargado e, em seguida, voltar a sua atenção para o mar, onde sobrecarregaria a potência marítima dominante. Por outras palavras, a tentativa chinesa de consolidação da vertente continental, bem-sucedida e levada às últimas consequências, criará um centro de poder eurasiático sob influência maioritária Han. Esse feito proporcionará à China tremendos benefícios económicos e funcionará no sentido de garantir os seus interesses estratégicos, incluindo no domínio marítimo.

Apesar de o subcapítulo anterior ter defendido que a vertente continental é o melhor indicador das perspetivas de longo prazo da China, a investigação reconheceu, ao cair do pano, que o desenvolvimento da China enquanto potência continental-naval plena e hegemónica na sua região se encontra condicionado na vertente marítima. Ficou cristalino que a capacidade da China de usar o mar está limitada por constrangimentos geoestratégicos que parecem configurados no sentido de frustrar a sua candidatura à hegemonia regional. Nesta senda, o subcapítulo “A vertente marítima” discute a geografia marítima da China, a configuração de poder antagónica que se organiza em torno dos Estados Unidos e a forma como a China pretende enfrentar a adversidade exponenciando potencialidades.

Ainda que as cadeias de ilhas exteriores que se formam em torno da China tenham o seu mérito e por isso tenham sido enquadradas na análise, a primeira cadeia de ilhas mereceu destaque. Os seus limites geográficos foram descritos, o obstáculo que representa (para a China) retratado e a importância dos estados que a compõem para a estratégia de contenção que os Estados Unidos se encontram no processo de formalizar contra a China, foi ressaltada. Taiwan foi promovida em relação aos seus pares merecendo uma análise minuciosa pela razão de que está relativamente equidistante dos extremos da cadeia de ilhas, o que a torna geograficamente central para qualquer estratégia de contenção. Nesta fase, a(s) estratégia(s) e capacidades de anti-acesso e de negação de área (A2/AD) complementaram a análise geopolítica. Dada a sua crescente relevância militar, tornou-se obrigatório desvendar as nuances estratégicas destas capacidades (as implicações táticas e psicológicas) tendo como pano de fundo articulações efetuadas em capítulos anteriores – tais como as que se referem às repercussões político-estratégicas da distância geográfica ou aos ditames do princípio da “concentração estratégica”.

Concluiu-se que, para a concretização dos seus objetivos no domínio marítimo, a China: (1) procura tomar partido da proximidade geográfica dos mares que considera do seu particular interesse estratégico; e (2) explora o facto de que os Estados Unidos são uma grande potência geograficamente distante que assume responsabilidades e admitiu compromissos intercontinentais. Por outras palavras, a China não precisará de alcançar paridade naval com os Estados Unidos no Pacífico Ocidental para ser capaz de montar um desafio à altura da potência marítima dominante. Em vez disso, ao alavancar a proximidade geográfica da primeira cadeia de ilhas e a disponibilidade das suas forças armadas, pode corroer a confiança na capacidade dos Estados Unidos de defender os seus aliados e parceiros. Para esse efeito, Pequim aposta no avolumar de meios nas águas adjacentes com o objetivo de as saturar, criando um ambiente claustrofóbico que reduzirá a margem de manobra política e militar de potências regionais e extrarregionais; forçando-as, num processo lento de erosão de posições relativas, a terem de impor progressivamente mais distância em relação à costa chinesa (obedecendo ao princípio de que dois corpos não podem ocupar, ao mesmo tempo, o mesmo espaço). Através do desenvolvimento seletivo de capacidades altamente destrutivas e pouco dispendiosas, estando estas mesmas capacidades prontamente disponíveis e mediante a utilização de conceitos operacionais adaptados às circunstâncias locais, a China poderá, eventualmente, encontrar-se em posição de retirar dividendos da execução desta

estratégia de anti-acesso/negação de área. O erguer de uma zona proibida para as forças norte-americanas ao longo da crista oriental do continente eurasiático reduzirá as opções militares de Washington, libertará espaço de manobra para a Marinha Chinesa e melhorará a probabilidade de uma fuga da primeira cadeia de ilhas, tudo sob o guarda-chuva protetor das capacidades A2/AD. Pequim poderá, com efeito, contrariar o trágico destino que outras grandes potências continentais sofreram no passado. Ao cultivar em Washington a dúvida sobre a praticabilidade de uma guerra aberta e direta contra a China, a sua necessidade é posta em causa, o que por sua vez poderá levar algumas potências regionais a optar pela via da acomodação total ou parcial dos interesses chineses.

Tendo chegado ao fim desta pequena recapitulação e estando as conclusões da investigação expressas na secção imediatamente a seguir, resta-nos dar por terminada esta secção procedimental e descritiva com aquela que foi a última fase dessa mesma investigação. Esta terceira e última fase correspondeu à preparação (ao longo do mês de junho) de uma apresentação (29 de junho) através da qual se tentou expor oralmente o trabalho desenvolvido. O suporte digital da apresentação (Microsoft PowerPoint) recorreu a diversos mapas e diagramas que complementavam a exposição oral, limitou o conteúdo textual, exibindo a informação considerada indispensável por meio de palavras e expressões-chave inseridas em balões e, no geral, empenhou-se em criar um suporte visual tão aprazível quanto possível que devidamente ilustrasse e enquadrasse o raciocínio. Já em relação ao discurso, este apresentou-se relativamente fluido e procurou lacerar e desdensificar uma problemática complexa de maneira que incluísse toda a audiência no debate, mesmo quem pudesse não ter formação a priori na área ou até estar alheado dos desenvolvimentos mais recentes no plano internacional. Após a apresentação, questões foram colocadas, às quais se respondeu de uma forma satisfatória, e uma diversidade de comentários emergiram, instalando-se o desejado debate.

Em relação ao texto do trabalho, este encontrava-se acabado desde a primeira semana de janeiro e os capítulos que compõem a investigação passaram por várias revisões às mãos do próprio estagiário com o objetivo de garantir a inteligibilidade e a coerência do texto final. Ambiguidades, se as houvessem, foram esclarecidas ao máximo e redundâncias foram subtraídas. Antes de dar por terminada a investigação, o documento passou, uma última vez, pelo crivo e apreciação dos oficiais, especialmente do tutor. As suas críticas e comentários foram sempre construtivos e certos e o seu conhecimento foi inestimável para refinar determinados argumentos, quase sempre relacionados com o

poder e a estratégia naval. Os seus contributos intercalaram na perfeição com a lógica subjacente do realismo ofensivo e da geopolítica clássica avançada pelo estagiário e garantiram que o conteúdo fosse preciso e relevante. Em relação à entrega, a versão final ficou com a Divisão de Planeamento, com a promessa, num tom espirituoso, de que se o tema fosse desenvolvido futuramente, a versão definitiva fosse entregue em mãos.

### **c) Conclusões**

Da investigação conduzida durante o estágio foi possível retirar algumas conclusões a respeito do conteúdo. Ainda que a investigação não tenha seguido de perto o método científico e que o seu expoente máximo não tenha sido alcançado por essa mesma razão (e pela razão de que muito ficou por desenvolver), pensa-se que estas considerações finais contribuem para o entendimento da atual conjuntura internacional – que não é outra coisa senão a manifestação mais imediata de um processo pachorrento alimentado por tensões estruturais. Nesta secção do relatório de estágio, as principais ilações da investigação serão reproduzidas, respondendo à pergunta de partida (“Pode a China conciliar a sua natureza continental com o poder naval?”). Estas ilações, por sua vez, foram determinantes para a definição de algumas linhas mestras que poderão/deverão informar a estratégia norte-americana de contenção do potencial chinês no mar.

Retirou-se da investigação realizada que a rivalidade entre o Washington e Pequim é só o exemplo mais recente de um padrão histórico mais amplo, ou seja, da competição/rivalidade entre a potência marítima dominante e a potência continental desafiante. Embora, segundo o realismo ofensivo, todas as potências possam ser encaradas como revisionistas, a dinâmica competitiva suscitada pela ascensão de uma grande potência continental representa a maior afronta para o status quo, especialmente quando estas potências complementam a sua proeminência terrestre com capacidades navais significativas. O poder naval permite à potência continental desafiante, progressivamente, afirmar-se perante a potência marítima dominante – que através do controlo do mar (suportado por um sistema de alianças) tenta preservar os termos da ordem instituída. O desafio normalmente é colocado quando grandes potências continentais desfrutam de fronteiras terrestres relativamente estáveis como consequência da ausência de ameaças sérias, da preponderância do seu poderio militar ou da conjugação de ambos. Pelo contrário, enquanto forem forçadas a dedicar a sua atenção e recursos à vertente continental, a sua capacidade de investir, de uma forma sustentada, no poder

naval, estará severamente limitada. Neste sentido, o empenhamento continental da China, discutido em “A vertente continental”, irá contribuir para a impermeabilizar (até uma certa medida) face aos riscos que emanam de ambas as vertentes. Todavia, esta tentativa de impermeabilização não significa, necessariamente, uma despriorização do domínio marítimo, pelo contrário. A China estende as suas raízes em terra, estabilizando fronteiras e absorvendo os recursos necessários a um funcionamento satisfatório da economia chinesa, de maneira a poder concentrar-se na sua faceta marítima e atuar de uma forma relativamente impune no mar.

Da investigação também se deduz que, num contexto em que uma potência foi capaz de conquistar a hegemonia regional (Estados Unidos), os desafios para a potência que busca a hegemonia na sua própria região (China) decorrem mais da interferência da potência hegemónica extrarregional do que da resistência das potências locais. Nessa medida, a potência que almeja a hegemonia regional beneficia da vantagem providenciada pela distância geográfica, pois enfrenta um adversário que é obrigado a projetar poder para além da sua região e em direções várias. O “poder de paragem da água” torna-se evidente e pode ser exacerbado por uma estratégia baseada na negação do uso do mar por parte da China, estratégia contra a qual não existem contra-estratégias óbvias. Politicamente, as capacidades A2/AD: (1) alimentam a dúvida sobre a intervenção norte-americana, uma dúvida que, se projetado no futuro o atual equilíbrio de poder na região, poderá levar alguns estados a acomodar pretensões chinesas; e (2) permitem à China esperar por condições mais favoráveis, condições que, por exemplo, vissem os Estados Unidos incapazes, por alguma razão, de manter a presença (como está dimensionada atualmente) na região. Excluindo um irrefreável afastamento de Taiwan da órbita chinesa – algo que resultará na intervenção militar por parte de Pequim –, a China conservará o ascendente estratégico pelo que poderá aguardar por um qualquer deslize por parte de Washington na região. Isto tendo em conta que, ao contrário dos Estados Unidos, a China está firmemente alojada na massa terrestre eurasiática e não a um oceano de distância, pelo que a sua estadia na região será incondicionalmente mais duradoura do que a norte-americana. Tendo dito isto, os estados limítrofes não são meros objetos sobre os quais pode atuar.

A investigação expressou claramente: (1) a preocupação declarada de muitos estrategas chineses sobre serem pressionados, simultaneamente, por potências continentais e potências marítimas; e (2) o sentimento de claustrofobia que os mesmos estrategas sentem quando olham na direção marítima. Estes medos dão-nos uma ideia

sobre como a China pode ser restringida na sua tentativa de estabelecer uma hegemonia regional. Desta ótica, a “potência perturbadora” encontra-se ela própria na condição de poder ser perturbada através de uma estratégia de contenção híbrida. De facto, como concluiu a investigação, uma “coligação marítima” reflete-se geograficamente nas cadeias arquipelágicas que envolvem a China no Pacífico Ocidental, uma coligação que Washington procura alavancar para efeitos de contenção do potencial chinês no mar. Este arquipélago transnacional (e a primeira cadeia de ilhas especialmente), consubstancia-se enquanto principal barreira à obtenção da hegemonia regional por parte da China numa circunstância em que o flanco continental se encontra estabilizado. Contudo, Washington não complementou a aposta na componente marítima da contenção com uma aposta igualmente necessária na componente continental.

A investigação defende a tese de que a gradual consolidação do Heartland em torno da China está a ganhar ímpeto, algo que servirá para sustentar a sua emergência e contribuirá para a sua elevação a potência naval de pleno direito. Esta tendência, por sua vez, poderá, no seu devido tempo, coincidir com um eventual enfraquecimento do cerco montado em torno da mesma a partir da primeira cadeia de ilhas, uma janela de oportunidade de que Pequim irá procurar dispor, através de métodos mais ou menos pacíficos, para fazer cumprir o seu desígnio. O facto é que a China está mais bem posicionada para concretizar as suas aspirações hegemónicas do que Paris ou Berlim estiveram no passado. A investigação, por isso, lança um alerta aos líderes norte-americanos. Os Estados Unidos não devem consolar-se com a previsão de que os constrangimentos geoestratégicos que frustraram outras grandes potências continentais são os mesmos que se aplicam à China ou que automaticamente a irão sobrecarregar, é necessária agência por parte dos Estados Unidos. Washington deve ter noção de que a sua marinha não pode impor um bloqueio distante com a mesma facilidade com que a marinha britânica fez em relação à França e à Alemanha e estar ciente do desafio colocado pelos meios que a China está a desenvolver e a empregar no domínio marítimo, atuando quase sempre numa “zona cinzenta”, entre a guerra e a paz.

A investigação poderá ser considerada de linha determinista em alguns aspetos, porém, admite que a geografia, apesar de persistente, não predestina, e a capacidade da China de desafiar os interesses económicos e securitários norte-americanos aumentará proporcionalmente às ameaças terrestres de que não sofre. Nisto, sendo por demais evidente que os Estados Unidos não estão em posição de imporem, pelas suas próprias mãos, um desafio à China na sua retaguarda, terão de encontrar atores locais para

desempenhar essa função. Washington terá de estabelecer vínculos consequentes com potências continentais que possam funcionar no sentido de conter a propensão marítima de Pequim, desviando as suas atenções e recursos no sentido oposto. Isto irá obrigar Pequim a incrementar a preponderância na sua estrutura de forças de capacidades que seriam úteis contra outras potências continentais, mas que não representariam uma ameaça para os Estados Unidos. Assim, uma coligação marítima no sentido de opor o perturbador continental que ambiciona a hegemonia regional não pode ser exclusivamente marítima. Esta coligação terá de incluir (grandes) potências continentais para ser bem-sucedida, promovendo a dispersão das forças e atenções chinesas no sentido das fronteiras terrestres, em detrimento da projeção marítima, e estabelecendo um equilíbrio de poder favorável aos Estados Unidos que evite a guerra, ao não permitir que a China dê por garantida a sua retaguarda no caso de conflito.

Para a concretização do efeito proposto no parágrafo anterior, a investigação infere que apenas o Heartland pode constituir uma ameaça séria ou até mesmo negar o potencial da China no mar, isto porque: (1) a permeabilidade da fronteira com o Heartland o deixa antever, em nenhum outro ponto das fronteiras terrestres chinesas a geografia deixa Pequim tão vulnerável quanto na fronteira com a Rússia; (2) o Heartland e os mares subsidiários dispõem de recursos que podem alimentar o potencial industrial da China ou contribuir para o seu atrofio (se negados parcialmente ou totalmente); e (3) o Heartland ocupa uma posição geográfica particularmente vantajosa num século em que o degelo, pelo menos parcial, do Ártico parece uma certeza, gerando novas e mais curtas rotas comerciais (que poderão vir a ficar sob controlo direto ou indireto chinês) e abrindo a possibilidade da militarização deste corpo de água (de que a China se poderá servir). Qualquer dos três pontos supramencionados poderão vir a prejudicar seriamente as aspirações chinesas no domínio marítimo se o tabuleiro for invertido, ou seja, se o Heartland, e a Rússia especificamente, em vez de paulatinamente integrado na órbita chinesa, for incorporado numa estratégia de contenção da China.

A Índia é outra grande potência na Ásia que, à primeira vista, poderia evoluir no sentido de se tornar o principal contrapeso ao poderio chinês. No entanto, apesar da alta probabilidade de uma crescente rivalidade sino-indiana, a investigação considera que Nova Deli está longe de poder representar para Pequim uma ameaça séria porque não tem peso económico e militar semelhante e não dispõe de vontade idêntica à de Washington para conter, em toda a linha, a China. Para além disto, a Índia não goza da estabilidade política e social de que a China goza e a fronteira com o Paquistão representa riscos que

a Índia jamais poderá ignorar ou secundarizar. Do ponto de vista exclusivamente geográfico, o Paquistão está para a Índia como a Rússia está para a China. Em ambos os casos há fronteiras extraordinariamente permeáveis que exponenciam qualquer ameaça ou risco. Isto é o oposto do que acontece com a fronteira sino-indiana, uma fronteira que, devido à sua orografia inclemente, não permite uma vitória rápida e decisiva por parte de nenhum dos lados, pelo que tende a servir de âncora estabilizadora das relações entre ambos.

Em suma, a resposta à questão geopolítica e geoestratégica mais ampla colocada ao levantar do pano (“Pode a China conciliar a sua natureza continental com o poder naval?”) dependerá da resposta a uma outra pergunta: poderá a China colher os benefícios da sua natureza continental ao mesmo tempo que mantém as vulnerabilidades geoestratégicas inerentes a esta vertente sob controlo? A pergunta dificilmente tem uma resposta científica e muito menos imediata, este provavelmente será um processo geopolítico moroso que se irá desenrolar ao longo de décadas. Porém, de acordo com a tese veiculada pela investigação, a emancipação naval da China e a eventual obtenção da hegemonia regional, uma sucessão de eventos que os Estados Unidos têm e terão interesse em perturbar, estão dependentes da resposta. Desenvolvimentos no plano diplomático irão decidir o rumo que a rivalidade sino-americana irá seguir: se um rumo estritamente confrontacional, em que a China não se sente inibida de se lançar ao mar com todo o ímpeto que puder reunir; se um rumo em que a détente é possível, criando problemas à China em tantas direções quanto possível através de uma estratégia de contenção híbrida. Da investigação foi possível concluir que o Heartland é o pivô continental desta estratégia de contenção e que a Rússia, o estado maioritário do Heartland, encontra-se na bifurcação entre os rumos mencionados: o confronto aberto (e possivelmente direto) ou a détente, sendo que a détente provavelmente servirá melhor os interesses dos Estados Unidos a um custo inferior.

#### **d) Relevância**

A investigação realizada no período em que o estágio decorreu não tinha outro motivo ou motivação que não fosse a paixão e a tentativa de contextualizar geopoliticamente e geoestrategicamente a propensão da China para o mar. Como tal, a sua relevância reside, sobretudo, na compreensão desse fenómeno, das consequências para o equilíbrio de poder regional e do efeito cascata que esse mesmo (des)equilíbrio

desencadeia a um nível estrutural e sistêmico mais amplo, o nível internacional. Ainda assim, a sua relevância para a Marinha Portuguesa e para a área disciplinar das Relações Internacionais, pode ser distinguida. Esta secção do relatório de estágio tratará precisamente disso.

Ao longo da história, alterações na balança de poder e esforços para preservar ou transformar a ordem internacional levaram a desentendimentos entre grandes potências e montaram o cenário para grandes guerras. Segundo a Teoria da Transição de Poder, cunhada por Organski (1958: 299-430), o estado mais poderoso em cada dada altura encabeça uma ordem internacional e haverá estabilidade enquanto a potência dominante for capaz de manter a ordem vigente. O desafio surgirá quando uma ou múltiplas potências secundárias, insatisfeitas com a ordem em vigor, experienciarem um aumento significativo do seu poder nacional. Com a sua recém-descoberta força, estas potências emergentes frequentemente pugnam pela transformação da ordem internacional com o objetivo de a tornar mais representativa dos seus interesses. Robert Gilpin (1981: 186-211) complementa esta linha de raciocínio afirmando que o recrudescimento do poder nacional insta potências emergentes a confrontar a potência estabelecida em relação às regras que governam o sistema internacional e que uma guerra irá suceder entre ambas se não forem capazes de resolver as suas diferenças de maneira pacífica.

O dilema descrito foi recentemente abordado por Graham Allison (2017). Através de diversos estudos de caso, Allison concebe a controversa Armadilha de Tucídides, a ideia de que o declínio (absoluto ou relativo) da potência estabelecida e a emergência de uma potência adversária torna a guerra entre ambas uma quase inevitabilidade. Allison descreve as relações entre os Estados Unidos e a China à luz desta armadilha e conclui que o medo, a desconfiança ou a histeria, podem fazer deflagrar a guerra, impedindo a análise sóbria de um qualquer incidente entre Washington e Pequim. Todas estas asserções estão subjacentes à investigação conduzida durante o estágio e cabem perfeitamente na moldura teórica do realismo ofensivo. É a ânsia latente e permanente de segurança associada à tentativa de melhorar as probabilidades de sobrevivência que leva as grandes potências a optar por estratégias de maximização de poder, para as quais o poder naval se reveste de extrema importância; esta busca desenfreada pode culminar na dinâmica descrita pela Teoria da Transição de Poder e/ou tornar inevitável uma guerra aberta e direta entre grandes potências. A investigação é relevante não só porque serviu de ponte entre a teoria e o mundo real e contribuiu para o reafirmar do(s) realismo(s) enquanto

teoria(s) das relações internacionais, mas também porque foi capaz de conciliar duas teses que, apesar de complementares, têm origens distintas, expondo-as com naturalidade.

Dito isto, a investigação não ficou por aqui no que diz respeito à análise estrutural da competição/rivalidade entre grandes potências. Às incumbências anteriores a investigação soma a geopolítica clássica, nomeadamente no que refere à dicotomia potência marítima/potência continental. A investigação reveste-se de importância pelo facto de valorizar o espaço (geográfico) na sua análise e de reconhecer que é nele e através dele que os fenómenos humanos (e não-humanos) ocorrem. A geografia física pode ser tida como um dos aspetos mais persistentes do mundo como o conhecemos e por isso é especialmente útil quando uma postura diacrónica é adotada em Relações Internacionais. Neste sentido, ficou evidente que a dinâmica suscitada pelo declínio/ascensão, da qual as grandes potências muitas vezes se tornam reféns e para a qual a tentativa de maximização de poder relativo pode ser tida não só como a causa, mas também como a solução óbvia, não é uma dinâmica exclusiva de outras dinâmicas. A dicotomia promovida por Mahan e Mackinder pode auxiliar na compreensão do comportamento das grandes potências quando/se inserida na dinâmica mais ampla de Organski. Aliás, sem que o seu significado seja subvertido ou as conclusões deturpadas, todos os estudos de caso avançados por Allison em *Destined for War* podem ser observados sob a lente da dicotomia mencionada.

O padrão histórico de uma potência marítima dominante (em declínio relativo) que enfrenta uma potência continental desafiante (em ascensão) é emblemático: de um lado a ambição da potência continental desafiante de atingir a hegemonia regional e, com isso, o acesso desimpedido ao “oceano mundial”; do outro, a vontade da potência marítima dominante de conter esse esforço. O mar e a terra são mais do que meras fontes (ou geratrizes) estruturais de poder, são paradigmas fundacionais de toda e qualquer rivalidade internacional – demasiadas vezes ignorados ou secundarizados em prol de abordagens normativas. Ainda que espaço lhe deva ser reservado na diplomacia e numa comunicação política que se queira estratégica, a normatividade é acessória no que toca a explicar o desenrolar de processos geopolíticos complexos porque tipicamente exclui da sua análise as forças elementares que regem o comportamento dos estados: a “anarquia” e a geografia.

Obviamente, a rivalidade entre grandes potências nem sempre opõe uma aliança exclusivamente marítima a uma aliança exclusivamente continental nem as potências marítimas e as potências continentais se encontram permanentemente em choque, pelo contrário, são capazes de cooperar caso essa aproximação sirva os seus interesses. Não

obstante, independentemente das causas próximas e da composição das alianças, a competição, rivalidade e hostilidade entre grandes potências tem dois palcos essenciais, o mar e a terra, e a confrontação mais consequente para a estabilidade do sistema internacional é sempre entre a grande potência marítima dominante e a grande potência continental desafiante que ambiciona a hegemonia regional.

Em síntese, a investigação integra teorias provenientes de várias direções do espectro das Relações Internacionais, um processo que se acredita inédito no que respeita às teorias designadas para o efeito – a pesquisa bibliográfica efetuada não se deparou com tais instâncias ou sequer sugeriu essa possibilidade. A investigação contou com referências diretas às teorias e autores mencionados, aliou os seus pressupostos e verteu-os num corpo teórico que se pensa inovador e relativamente sólido, demonstrando a sua compatibilidade e produzindo uma visão holística das implicações da sua interação. Deste modo, o trabalho final de estágio contribuiu para a compreensão das forças impessoais que regem o sistema internacional.

O ângulo de abordagem da investigação também representou (e representa) uma mais-valia para a Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada. De facto, desenvolvimentos recentes contribuem para a afirmação da tendência competitiva, de envergadura intercontinental e características totalizantes, que as relações entre grandes potências naturalmente assumem. Ao aquiescer tratar a temática das potências continentais e da sua (presumida) propensão para o mar, a instituição de acolhimento do estágio pôde ficar a par: (1) do racional, informado pelo realismo ofensivo, subjacente à conduta chinesa e norte-americana; (2) de como a geopolítica clássica, de uma forma inestimável, contribui para a contextualização desta rivalidade; e (3) das capacidades navais que a China está a empregar/desenvolver e para que efeito. Sobretudo, a investigação: (1) demonstrou que é possível conciliar o realismo e uma concetualização clássica da geopolítica com os aspetos práticos da estratégia naval, enquadrando no espaço a ação e interação dos agentes; (2) foi capaz de discernir macrotendências, revelando as estratégias nacionais subjacentes; e (3) serviu-se da empatia estratégica, proporcionada pela curiosidade e respeito pelo “outro”, para, mais do que expor, compreender e humanizar os intervenientes. Assim, a investigação acrescenta à vasta experiência e sentido analítico da DIVPLAN ao oferecer um mapa mental do ambiente cada vez mais competitivo em que a Marinha Portuguesa terá de operar e ao identificar áreas de cooperação, críspação e potencial conflito. Ademais, constatou-se que a

abordagem clássica (ou mahaniana) ao poder naval é essencial para qualquer força naval que deseje manter-se relevante e eficaz no século XXI. A geografia física, ao contrário da geografia política e económica, é constante e persistente, pelo que obriga os meios a atuar dentro dos limites da realidade geográfica e as organizações a priorizar áreas de atuação, especialmente quando os recursos são escassos.

Pensa-se que um dos principais contributos da investigação para o Estado-Maior da Armada tenha sido a promoção da empatia estratégica entre os seus membros. A empatia estratégica, em tudo distinta da simpatia, não é uma reação emocional, é a habilidade cognitiva que envolve assumir a perspetiva de terceiros com o intuito de colocar a descoberto potencialidades e vulnerabilidades, deduzir intenções e antecipar movimentos. Desde órgãos governamentais a empresas privadas, esta habilidade é manifestamente útil para qualquer organização que tenha entre as suas competências a definição e justificação de políticas em relação ao “outro”, caso inequívoco da DIVPLAN. Ao empregar a empatia estratégica, estas organizações serão capazes de complementar a sua perspetiva com o reconhecimento de que o “outro” não é um mero objeto sobre o qual podem atuar, é um ator capaz – e convém partir deste princípio – de cálculos tão ou mais elaborados que “nós”, com as suas próprias idiossincrasias, que deve ser respeitado e tido em conta no processo de planeamento estratégico. Se atuamos desconhecendo o “outro”, caminhamos em falso, se o conhecemos sem compreender, não poderemos atuar eficazmente. Compreender é um processo indispensável à formulação de planos e prescrição de políticas; a investigação realizada no âmbito do estágio deixou isso claro, uma premissa que a DIVPLAN valorizou do início ao fim. Além disso, ao discutir a substância do poder naval, deduzindo a intenção estratégica por detrás do poder naval chinês, o Estado-Maior da Armada pôde identificar tendências emergentes no que refere ao emprego de meios navais.

A investigação também contou com exercícios pontuais de prospetiva sustentados por elementos analíticos qualitativos. A prospetiva está bem representada na DIVPLAN e no âmbito da investigação pretendeu-se manobrar nos seus meandros para informar a estratégia norte-americana de contenção do potencial chinês no mar.

Uma “grande estratégia” não merece ser batizada como tal se apenas abordar questões e preocupações de curto e médio prazo; uma grande estratégia deve reconhecer ameaças e oportunidades à distância, a longo prazo, conservando a sua adaptabilidade e garantindo que permaneça relevante. Nesta senda, jamais o planeamento pode ser

concebido inteligentemente sem considerar o futuro; a essência de um bom plano reside na sua capacidade de preparar as organizações para um futuro incerto, orientando-as através dessa densa névoa. Ignorar a prospectiva no processo de planeamento estratégico é o mesmo que navegar sem bússola ou definir um percurso sem recorrer a um mapa: é sempre possível avançar, mas a direção em que se avança dificilmente resultará na concretização do objetivo estipulado – se algum foi estipulado claramente –, poderá até mesmo ser contraproducente. Obviamente que planos que não se debruçam sobre o futuro longínquo podem, ainda assim, ser capazes de solucionar problemas correntes. Contudo, existe a possibilidade de que uma solução aparentemente óbvia no imediato, acarrete consequências nefastas a médio e longo prazo. Foi com essa contingência em mente que a investigação procedeu.

Algumas das grandes tendências geopolíticas do nosso tempo, que dizem diretamente respeito à competição/rivalidade entre grandes potências, foram consideradas e projetadas no futuro de modo a informar a política externa norte-americana. Assim, a investigação forneceu recomendações explícitas que visam criar a disrupção, entendida como necessária, da sequência estratégica que a China aparentemente pretende construir: primeiro, a estabilização e consolidação da sua vertente continental; segundo, a negação do uso dos mares adjacentes; terceiro, o controlo desses mesmos mares; e quarto, a projeção desinibida de poder para além da sua região. Dito isto, as recomendações derivadas da investigação foram pensadas a um nível macroscópico, são pobres no que diz respeito aos detalhes de como esse processo se deveria/poderia desenrolar. Por isto, as eventuais consequências e viabilidade das mesmas não podem ser devidamente determinadas. Porém, todas as recomendações estão oportunamente sustentadas por considerações intemporais que descendem do realismo e da geopolítica clássica e são suficientemente cristalinas para que várias opções políticas, económicas e militares possam delas emanar.

## **O estágio curricular**

Tendo chegado a este ponto, será tempo de dedicar algumas páginas ao estágio propriamente dito. Neste capítulo, o derradeiro, a instituição que acolheu o estágio será caracterizada, as tarefas realizadas nesse âmbito serão dispostas e descritas e as atividades em que o estagiário teve o prazer de participar serão descortinadas. Finalizada essa

descrição, considerou-se relevante conciliar as vertentes académica e profissional numa reflexão crítica sobre o estágio.

#### **a) Caraterização da instituição**

De maneira a proporcionar o enquadramento para as tarefas realizadas e atividades desenvolvidas durante o estágio, este subcapítulo apresenta-se enquanto sucinta caraterização da entidade acolhedora desse mesmo estágio, a Marinha Portuguesa, e da unidade na qual o estagiário foi integrado, o Estado-Maior da Armada. Nesse âmbito, considerou-se útil e coerente – pela razão de que se articula na perfeição com o já exposto neste relatório –, brevemente introduzir, contextualizando, a instituição no plano da geoestratégia. Para esse efeito, o estagiário, naturalmente, utiliza Portugal como referência geopolítica.

No que concerne a caraterização, propriamente dita, da instituição e dos seus órgãos constituintes, efetuou-se uma análise documental: (1) da LOMAR, que estabelece a Lei Orgânica da Marinha; (2) da Diretiva Estratégica da Marinha, que define a estratégia do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada para o seu mandato (2022-2025); (3) do Folheto de Integração do Estado-Maior da Armada, que prescreve a metodologia e os procedimentos a adotar na integração dos militares e civis que se apresentam na unidade; e (4) do Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada, que delinea a estrutura e o funcionamento do EMA.

O intuito deste subcapítulo é não apenas proporcionar um panorama geral da entidade que acolheu do estágio, mas também elucidar os documentos legais e regulamentares fundamentais que norteiam a sua operação e estrutura. Importa salientar que a caraterização realizada não explora em profundidade os meandros organizacionais da instituição; o objetivo é, sobretudo, esclarecer a missão, valores e competências da Marinha, do EMA, da Divisão de Planeamento e do núcleo de trabalho no qual o estagiário foi integrado.

### **Marinha Portuguesa**

Portugal é um estado costeiro, uma faixa litoral que não se adentra suficientemente no continente, e um estado ribeirinho, com a maioria da população se fixando ao longo de rios que fluem, na sua maioria, no sentido leste/oeste, servindo, historicamente, como

condutos naturais. O seu território, portanto, orienta-se para o Atlântico, o que se reflete na concentração da atividade económica e na distribuição da população. Entre 1249<sup>1</sup> e 1415<sup>2</sup>, o território português manteve esta configuração estreita (e retangular), limitando a profundidade estratégica de que usufruía em terra. Não obstante, após a consolidação das suas fronteiras europeias, esta debilidade geoestratégica foi contrabalançada por uma considerável profundidade estratégica no mar. Embora inequivocamente europeu – em virtude de estar geograficamente localizado neste continente –, a distância em relação aos centros de poder do Velho Mundo e o facto de se encontrar geobloqueado (e frequentemente ameaçado) por Espanha, orientaram a agulha estratégica portuguesa em direção a rumos alternativos, predominantemente marítimos. Esta propensão marítima, produto de uma agenda geopolítica concertada que contribuiu para definir a identidade nacional de Portugal, limitou o envolvimento de Lisboa no equilíbrio de poder continental.

Entre 1415 e 1974, Portugal foi uma média potência que atuou essencialmente como potência marítima. De uma forma muito sucinta, uma potência marítima é toda a potência cuja inserção num qualquer sistema de equilíbrio de poder continental: (1) não é plena, quando, devido às suas características geográficas, pode abster-se de participar, parcialmente ou totalmente, desse mesmo equilíbrio; ou (2) é inexistente, quando a esta potência não é possível atribuir um sistema de equilíbrio de poder continental concreto. Concomitantemente, uma potência marítima é sempre uma potência naval, ou seja, uma potência que faz da marinha de guerra a sua principal ferramenta de poder na arena internacional, aceitando-a como um atributo quase inevitável. Ademais, o conceito não é monolítico visto que as potências marítimas, para além de poderem perder esse estatuto, distinguem-se em razão da sua localização relativa: potências costeiras, potências peninsulares e potências arquipelágicas. Para estas potências, o mar é a principal fonte estrutural de poder; um estado que evidencie tal intimidade com o elemento líquido dependerá sempre do controlo (direto ou intermediado) do mar para a sustentação da sua posição na hierarquia de potências. Por um lado, o controlo do mar é facilitador do comércio, do qual potências marítimas, especialmente, dependem para a sua manutenção económica; por outro lado, o controlo do mar permite influenciar os acontecimentos por meio de uma marinha competente, capaz de: (1) derrotar adversários em batalhas fluviais,

---

<sup>1</sup> O ano em que o Algarve foi reconquistado aos Mouros, estabelecendo as fronteiras por que Portugal continental é reconhecido.

<sup>2</sup> O ano em que a praça de Ceuta foi conquistada.

junto à costa e/ou no alto-mar; (2) dominar ou bloquear portos e pontos de estrangulamento marítimos; e (3) eficazmente deslocar e abastecer forças terrestres entre objetivos militares. Como tal, o mar é a arena primordial e preferencial das potências marítimas, e para as pequenas potências marítimas, como Portugal presentemente, o domínio marítimo é muitas vezes onde se formam as alianças e parcerias que melhor atendem às suas necessidades.

Nesta linha, Nuno Severiano Teixeira, no seu “modelo clássico” de inserção internacional de Portugal, descreve quatro “invariantes históricos”:

“Primeiro, uma percepção contraditória entre o continente e o mar, entre a Europa e o Atlântico. Segundo, o afastamento estratégico em relação à Europa (percecionada como ameaça espanhola) e a afirmação do vetor marítimo e da opção atlântica de Portugal. Terceiro, no quadro da opção atlântica, dois movimentos de longa duração histórica na orientação externa do Estado: em primeiro lugar, a aliança privilegiada com a potência marítima (a Aliança Inglesa, os Estados Unidos da América, a NATO); em segundo lugar, o projeto imperial (nos seus vários ciclos: a Índia, o Brasil, a África). Quarto, a diversificação das alianças extra-peninsulares relativamente à Espanha e uma diplomacia, fundamentalmente bilateral, assente no triângulo Lisboa-Madrid-Londres e, depois de 1945, Lisboa-Madrid-Washington.” (Teixeira, 2010)

Neste contexto, as marinhas (mercantes e de guerra) podem ser encaradas como facilitadores últimos de uma abordagem estratégica centrada no mar. Em Portugal, a instituição foi o instrumento indispensável do descobrimento e exploração de novas rotas comerciais, da proteção das vias marítimas de comunicação e do estabelecimento e manutenção de territórios ultramarinos. A Marinha participou ativamente na construção de Portugal e permitiu ao país atenuar os constrangimentos e tirar partido da sua posição geográfica relativa, projetando poder muito para além da sua costa e proporcionando que o país colhesse os frutos do investimento feito. Atualmente, através de formas e métodos distintos, mas sempre na salvaguarda dos interesses marítimos de Portugal, a Marinha procura dar continuidade a um legado multissecular: (1) enquanto pilar da defesa nacional, atuando unilateralmente e através de alianças que garantam, contra todas as probabilidades, a sobrevivência do Estado Português; e (2) enquanto membro responsável da “comunidade internacional”, contribuindo para a segurança marítima internacional. Embora a Marinha Portuguesa hodierna seja uma mera sombra do seu passado – nenhuma

potência ou instituição está isenta da corrosão e erosão que o tempo impõe –, o orgulho dos que dela pertencem e dos que por ela passam, mantém-se.

A Marinha Portuguesa, ramo das Forças Armadas Portuguesas “dotado de autonomia administrativa”, permitindo uma ação focada na manutenção e desenvolvimento das capacidades navais, posiciona-se enquanto instituição emblemática “integrada na administração direta do estado” (Art. 1.º do Decreto-Lei n.º 185/2014<sup>3</sup>). Sob os auspícios do Ministério da Defesa Nacional, a Marinha, com missão articulada e consagrada na lei orgânica, está organizada e estruturada no sentido de funcionar enquanto garante da segurança e defesa da República Portuguesa.

“A Marinha assegura – no respeito pelas especificidades dos diferentes quadros legais aplicáveis – uma atuação militar e uma atuação não militar [...] dessa forma consubstanciando um modelo de duplo uso.” O seu papel, essencial para a sustentação e progresso de um país com tamanha herança marítima, traduz-se, sinteticamente, na missão de “Proteger e promover os interesses de Portugal no e através do mar”. (Diretiva Estratégica da Marinha, 2022<sup>4</sup>: 3)

De um ponto de vista, a Marinha Portuguesa tem uma função distintamente militar, voltada para a “dissuasão e a defesa”, aspeto que está enredado com o conceito de defesa nacional e a cooperação internacional. Neste âmbito, a Marinha não só colabora com outros ramos das Forças Armadas, mas também realiza ações combinadas “com países aliados ou parceiros” (DEM: 3). Evidentemente, esta é a missão primordial da Marinha, a participação integrada, juntamente com os demais ramos das Forças Armadas e países com ideias afins, na defesa militar da República, conforme estipulado pela Constituição Portuguesa (Art. 275.º). A Marinha está “fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças” (Art. 2.º da LOMAR); um papel intrincado que envolve um equilíbrio proporcionado entre componentes operacionais e fixos, assegurando prontidão e eficácia ótimas.

As incumbências da Marinha Portuguesa, porém, não se limitam à defesa militar do território nacional, são multifacetadas. A Marinha desempenha um papel crucial no cumprimento de todo o tipo de “missões de natureza operacional” atribuídas pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Esta participa: (1) em missões

---

<sup>3</sup> Doravante designado por LOMAR (Lei Orgânica da Marinha).

<sup>4</sup> Doravante designada por DEM.

internacionais empreendidas por organizações internacionais de que Portugal faz parte, indispensáveis para “assegurar os compromissos internacionais do estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz”; e (2) de forma autónoma ou num quadro multinacional, em missões fora do território nacional visando salvaguardar as vidas e os interesses da população portuguesa. (Art. 2.º da LOMAR) Desta maneira, a Marinha dá cobro à política externa do Estado, tornando-se uma espécie de embaixadora, cultivando relações e representando os interesses nacionais em águas internacionais.

De um outro ponto de vista, a instituição remete para uma função não militar, orientada para a segurança marítima e para a “afirmação da autoridade do Estado no mar”. (DEM: 3); a Marinha Portuguesa representa o Estado neste domínio e aplica a lei nas águas sob jurisdição portuguesa. Ao mesmo tempo, a Marinha colabora em “missões de proteção civil e em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações”: (1) fornecendo os recursos humanos e materiais “necessários ao desempenho das competências de órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN)”; (2) assegurando o funcionamento do Serviço de Busca e Salvamento Marítimo (SBSM); e (3) conduzindo “operações e atividades no domínio das ciências e técnicas do mar”, essenciais para a “promoção do desenvolvimento económico, científico e cultural.” (Art. 2.º da LOMAR) Esta ampla gama de responsabilidades que a Marinha prontamente assume sublinha a versatilidade da instituição e o seu compromisso em relação a uma multiplicidade de causas e desafios, tanto a nível nacional quanto internacional.

Entrelaçando a atuação militar e não militar está um “núcleo comum (constituído, inter alia, por cultura organizacional, recursos e estruturas)” (DEM: 3). Este núcleo é a espinha dorsal da Marinha, permitindo-lhe adequar-se, de forma transparente e eficiente, a cada um dos papéis. Os recursos e estruturas referem-se aos ativos tangíveis e aos quadros organizacionais que facilitam a operacionalidade e as operações da Marinha; a cultura organizacional infunde os valores, a ética e o sentido de propósito que orientam as ações e decisões do pessoal.

Enquanto princípios gerais da organização, a Marinha Portuguesa “rege-se pelos princípios da eficácia e racionalização”. Na sua essência, estes visam garantir a “otimização da relação entre a componente operacional e a componente fixa do sistema de forças” e a “complementaridade com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e com os outros ramos”. Estas garantias deverão permitir que “a transição para

o estado de guerra se processe com o mínimo de alterações possível”. (Art. 4.º da LOMAR)

Dentro do paradigma estrutural formal, a Marinha Portuguesa está organizada de uma forma hierárquica e vertical, com relações estabelecidas através de vários níveis de autoridade (Art. 4.º da LOMAR). O Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) encontra-se no topo da cadeia de comando deste ramo das Forças Armadas e serve enquanto “principal conselheiro do Ministro da Defesa Nacional e do CEMGFA” nos assuntos que digam respeito à instituição à qual preside. O Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (VCEMA), um vice-almirante “hierarquicamente superior a todos os oficiais do seu posto”, encontra-se imediatamente a seguir na cadeia de comando. (Arts. 7.º e 8.º da LOMAR). De modo a não prolongar esta descrição e a facilitar a compreensão, a figura abaixo fornece os dados necessários sobre a estrutura organizacional.

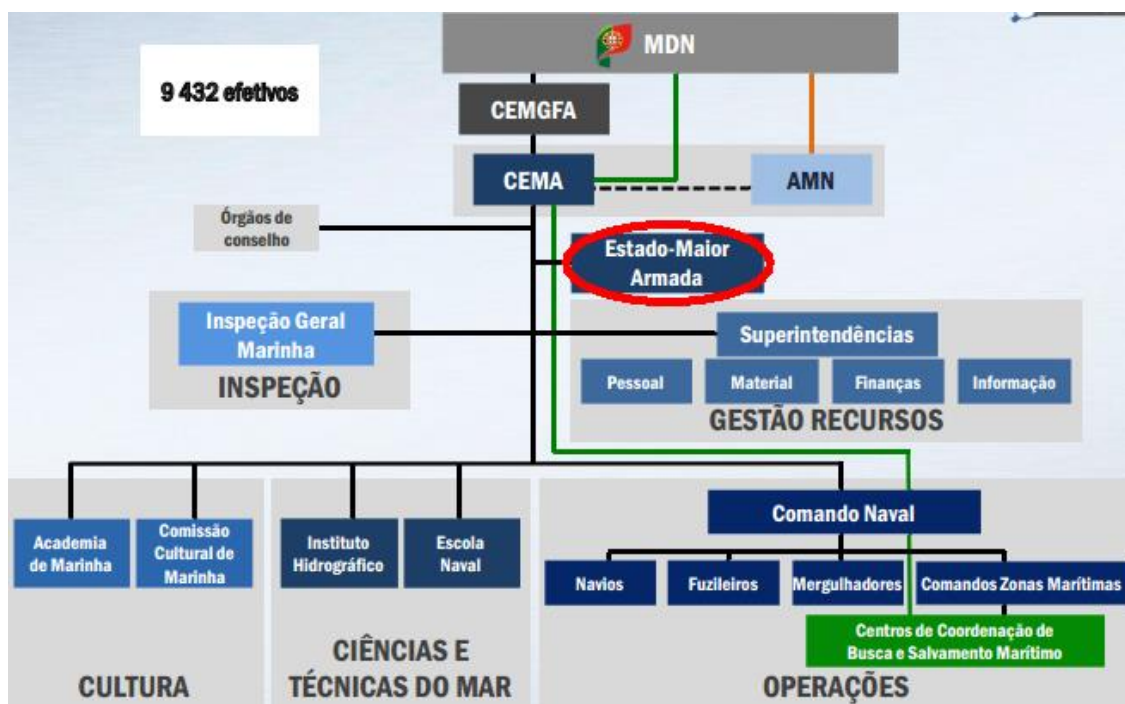


Figura I – O EMA identificado no organograma da Marinha (Sarmiento, 2018: 4)

### Estado-Maior da Armada

O Estado-Maior da Armada é “o órgão de apoio à decisão” do CEMA que tem por missão “o estudo, a conceção e o planeamento das atividades da Marinha” (Arts. 1.º e 2.º do Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 9/16, de 2 de fevereiro<sup>5</sup>:

<sup>5</sup> Doravante designado por RI EMA (Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada).

1). O EMA é dirigido “pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (Vice-CEMA) que, para o efeito, é coadjuvado pelo Subchefe do Estado-Maior da Armada (Sub-CEMA).” (Folheto de Integração do EMA, 2022<sup>6</sup>: 5)

De forma resumida e não exaustiva, a atividade do EMA remete para os seguintes assuntos:

“a) Estabelecimento da doutrina estratégica naval; b) Planeamento estratégico e acompanhamento de operações que incluam a participação da Marinha; c) Programas e projetos de reequipamento e modernização da Marinha; d) Legislação e regulamentação da Marinha ou aplicável à Marinha e aos seus recursos; e) Cooperação no Domínio da Defesa com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste; Relações multilaterais e bilaterais de âmbito internacional; f) Relações institucionais com organismos da administração pública e privados; g) Protocolo e Cerimonial Marítimo.” (FI EMA: 14)

Esta explanação poderá ser entendida como suficiente para quem quer que deseje familiarizar-se com a generalidade das atividades que o EMA desenvolve. Para uma compreensão mais precisa e exaustiva, podemos remeter-nos ao Artigo 4.º do RI EMA, segundo o qual ao EMA compete:

“a) Elaborar, por sua iniciativa ou por determinação do CEMA, estudos, informações, pareceres e propostas sobre assuntos com interesse para a Marinha, entre outros; b) Traduzir as decisões do CEMA em diretivas, planos, instruções, publicações ou ordens e assegurar a sua divulgação; c) Assegurar a coordenação das matérias transversais às várias áreas funcionais; d) Assegurar a coordenação, supervisão e controlo de todas as atividades de gestão estratégica da Marinha; e) Promover o planeamento integrado das atividades da Marinha, designadamente quanto à edificação, preparação e sustentação das suas capacidades, em coordenação com as várias áreas funcionais; f) Assegurar a coordenação, supervisão e controlo de todas as atividades relativas à produção e atualização de doutrina da Marinha; g) Elaborar os estudos conducentes à definição e desenvolvimento de conceitos, experimentação, requisitos e doutrina da Marinha; h) Efetuar a programação de recursos nas áreas do pessoal, do material, das infraestruturas,

---

<sup>6</sup> Doravante designado por FI EMA.

das finanças e da informação; i) Assegurar a representação externa da Marinha, nomeadamente nas estruturas das Forças Armadas e da Defesa Nacional, em coordenação com as várias áreas funcionais da Marinha; j) Assegurar, no âmbito das suas atividades específicas, a preparação dos elementos necessários à representação da Marinha em conferências e reuniões, nacionais e internacionais; k) Assegurar, no âmbito da Marinha, a cooperação institucional com outras Marinhas, agências, autoridades e organismos com ligação ao mar; l) Assegurar, no âmbito da Marinha, a coordenação das atividades de Cooperação no Domínio da Defesa (CDD), em ligação com o Ministério da Defesa Nacional (MDN); m) Assegurar a gestão das atividades de protocolo e cerimonial; n) Promover, elaborar e coordenar as propostas de atos legislativos e regulamentos administrativos com interesse para a Marinha, procedendo à sua divulgação; o) Propor as linhas de orientação relativas à disponibilização de recursos humanos e materiais aos órgãos e serviços da Autoridade Marítima Nacional (AMN); p) Promoção da Inovação na Marinha.”

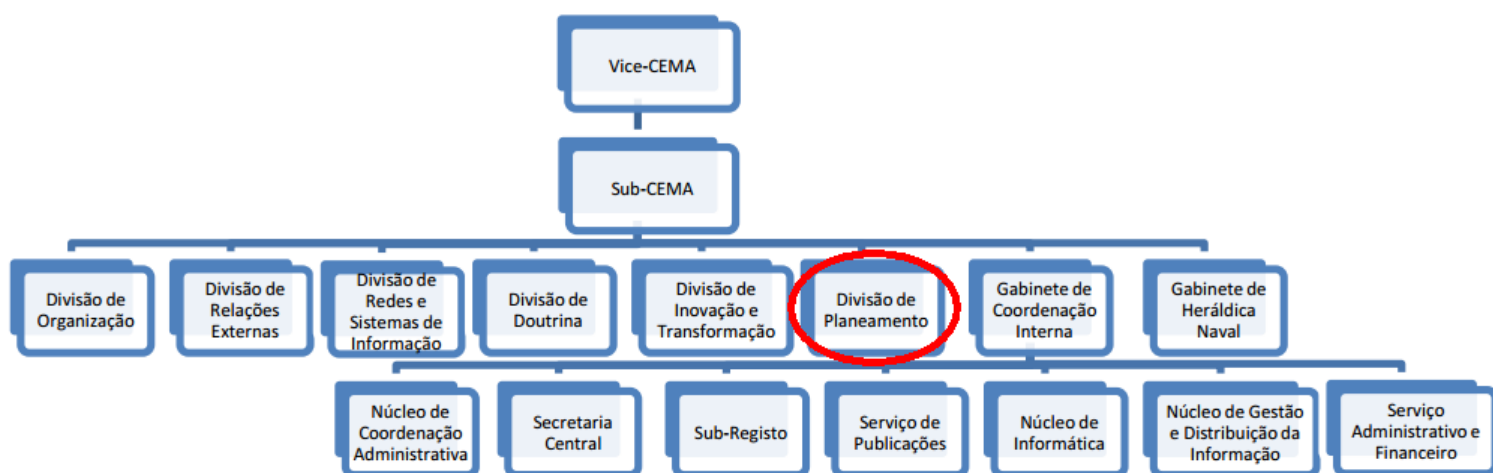


Figura II – A DIVPLAN identificada no organograma do EMA (Art. 8.º do RI EMA; FI EMA: 7)

Como é possível constatar no Capítulo III do RI EMA, o EMA está organizado em divisões. No que toca à estrutura, estas divisões compreendem: “a) O chefe de divisão; b) Os coordenadores de área, quando aplicável; c) As áreas; d) Os núcleos.” (Art. 10.º do RI EMA).

De acordo com o Artigo 11.º do documento supracitado, aos chefes de divisão compete: “a) Dirigir as áreas e os núcleos da divisão; b) Distribuir os processos pelos coordenadores de área e orientar a sua execução; c) Submeter os assuntos, no âmbito das

competências da divisão, à apreciação do SCEMA.” Para além disto, “devem articular entre si [...] em consonância com as instruções de coordenação do SCEMA” e “podem estabelecer contactos com os titulares dos órgãos e serviços da Marinha, tendo em vista a recolha ou análise de elementos de estudo para a execução dos trabalhos a realizar”.

Aos coordenadores de área, tal como a denominação indica, compete: “a) Coordenar as atividades dos núcleos ou áreas [...]; b) Coordenar a elaboração e produção dos processos a serem apreciados pelo chefe de divisão; c) Coordenar com as entidades externas à Marinha os assuntos que sejam do seu âmbito de competência.” (Artigo 12.º do RI EMA) No que diz respeito às áreas, estas, em sentido lato, “obedecem a um modelo de cariz matricial estruturado segundo uma lógica funcional, no âmbito das competências da divisão, com vista a flexibilizar a gestão de processos.” (Artigo 13.º do RI EMA)

Por fim, segundo o Artigo 14.º do RI EMA, às áreas compreendem os núcleos, aos quais compete “desenvolver os processos no âmbito das respetivas competências da divisão, nomeadamente elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas.”



Figura III – Organograma da DIVPLAN identificando as áreas (FI EMA: 11)

No que concerne as competências da Divisão de Planeamento (DIVPLAN), divisão que diretamente acolheu o estágio, podemos novamente remeter-nos ao RI EMA, nomeadamente ao Artigo 36.º:

“a) Elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito da estratégia naval e do planeamento integrado de atividades e, em especial: i. Da doutrina, dos conceitos, do planeamento e da gestão estratégica; ii. Da comunicação estratégica; iii. Da organização operacional, do planeamento e geração de forças e meios e da participação em exercícios e missões externas; iv. Dos assuntos que respeitam ao emprego operacional, aos padrões operacionais, aos requisitos operacionais, incluindo as CSI e os

de tecnologias da informação, à gestão de radiofrequências, à experimentação e à interoperabilidade das CSI; 14 v. Das informações e das matérias relacionadas com a segurança militar e a contrainformação; b) Estudar e emitir parecer sobre a doutrina militar conjunta, designadamente sobre o conceito estratégico militar, as missões das Forças Armadas, o sistema de forças e o dispositivo de forças; c) Coordenar com as entidades externas à Marinha os assuntos que sejam do seu âmbito de competências; d) Coordenar, supervisionar e controlar todas as atividades de gestão estratégica da Marinha, em articulação com os órgãos com competência nesta matéria; e) Coordenar, no âmbito da Marinha, a cooperação interagências; f) Coordenar e controlar as atividades de segurança militar, de informações militares e de contrainformação, no âmbito da Marinha; g) Coordenar a ação da Marinha em matéria de segurança e defesa do ciberespaço e da informação, assegurando a ligação com entidades externas; h) Apoiar o desenvolvimento do planeamento centralizado no âmbito do orçamento da Marinha e das forças nacionais destacadas (FND).” (Art. 36.º do RI EMA)

Para concluir esta breve caracterização da instituição, vale ainda a pena referir as competências do Núcleo de Planeamento Estratégico-Operacional (pertencente à área de Planeamento Estratégico), no qual o estagiário foi integrado sob a tutoria do Comte. Véstia Cagarrinho:

“a) Elaborar estudos, planos, informações, pareceres ou propostas no âmbito: i. De documentos de orientação estratégica da Marinha; ii. De diretivas, planos e projetos estruturantes de índole operacional; iii. Da segurança marítima; iv. De padrões de prontidão e de treino; b) Desenvolver o conceito e os planos de médio e longo prazo que fixam as medidas necessárias ao aprontamento [...] e ao empenhamento, [...] relativas às capacidades expedicionárias, jurisdicionais e decisórias; c) Estabelecer as referências para edificar, estruturar e empregar as capacidades da componente operacional do sistema de forças, tendo em conta o prospetivado nas vertentes genética e estrutural; d) Elaborar, propor e atualizar as Instruções Operacionais da Armada, em colaboração com as restantes áreas funcionais, quando necessário; e) Elaborar a Diretiva Operacional.” (Art. 42.º do RI EMA)

## **b) Tarefas e atividades**

Para além do trabalho de investigação, que ocupou boa parte do tempo disponível e exigiu empenho desproporcional, o estagiário desempenhou tarefas e participou de atividades relacionadas com o funcionamento orgânico do EMA, especialmente no contexto da DIVPLAN. Assim, concluída a revisão bibliográfica dos conceitos que orientaram o trabalho de investigação, a decomposição e explanação dessa mesma investigação e a caracterização da instituição que acolheu o estágio, resta enunciar as tarefas e atividades realizadas, expondo, sempre que necessário e aplicável, os métodos, fundamentos, contratempos e objetivos.

A execução das tarefas não exigiu o respeito por um qualquer método preestabelecido e houve a possibilidade de explorar livremente as questões levantadas desde que a sua pertinência e coerência fossem asseguradas. As tarefas destacaram-se por não se tratarem de meras abstrações ou exercícios de reflexão, procuraram ir ao encontro de casos concretos, apresentaram soluções, desenvolveram planos para implementação futura e sustentaram-se na experiência e formação do estagiário, bem como na livre troca de ideias. A abordagem prática e orientada para a ação foi valorizada e o valor de cada argumento e documento residiu no potencial para gerar soluções tangíveis e replicáveis para problemas efetivos. Esta mentalidade foi interiorizada com relativa facilidade por parte do estagiário e informou cada uma das tarefas, constatando-se a sua compatibilidade com a abordagem preexistente do estagiário.

As tarefas desempenhadas provaram ser estimulantes e de interesse considerável para o estagiário e para a instituição; apesar de, na sua maioria, terem-se inserido perfeitamente na zona de conforto do estagiário, desencadearam processos investigativos, e apesar da vasta experiência e saber acumulados pela Divisão de Planeamento, foi possível acrescentar valor. De realçar que a autonomia do estagiário foi promovida e respeitada, permitindo uma abordagem científica no enquadramento e desenvolvimento das temáticas que respeitou prazos e objetivos, complementando o trabalho desenvolvido na Divisão. Ademais, ao longo deste processo, houve uma excecional valorização das intervenções do estagiário, mesmo daquelas que pudessem estar contrarrentes. Por seu turno, o estagiário pôde contar com as diretrizes do seu tutor e com os comentários sempre pertinentes dos Comandantes. Em tudo, tratou-se de um processo de aprendizagem mútua, uma permuta entre experiência profissional e inquisitividade académica.

Neste subcapítulo, portanto, serão abordadas as tarefas e atividades mais relevantes do ponto de vista do seu contributo para a formação profissional e da sua pertinência para área de especialização em Relações Internacionais. Ressalvar que as atividades de natureza meramente instrutiva ou expositiva constam desta nota de rodapé<sup>7</sup>. Para além disto, as visitas de estudo<sup>8</sup> e as cerimónias em que o estagiário participou<sup>9</sup>, estão ausentes de representação, pela simples razão de que não exigiram a participação ativa do estagiário – foram organizadas pela Divisão de Relações Externas (DIVRE) que fez a gentileza de estender o convite. Igualmente, as instâncias que disseram respeito à familiarização com a instituição, terminologia, conceitos, meios, missões e compromissos internacionais não constam deste relatório pelo motivo de que foram um processo contínuo, de longa duração; diariamente, durante as sessões de contacto entre tutor e tutorado (20 a 30 minutos) e especialmente na interação laboral e extralaboral com os vários elementos da DIVPLAN, as idiossincrasias da instituição foram colocadas a descoberto. Desta forma, o foco incidirá sobre as tarefas que o estagiário considera terem feito a diferença, tanto em termos pessoais e profissionais, quanto no quotidiano da Divisão de Planeamento.

### **Briefing sobre um ano de guerra russo-ucraniana**

No dia que assinalou o primeiro ano de guerra entre a Rússia e a Ucrânia (24-02-23), um briefing sobre a temática foi realizado no auditório do EMA, a convite da DIVRE. Este briefing contou com a presença da divisão supramencionada bem como com a presença de elementos de outras divisões. A sua preparação ocupou a penúltima semana do mês de fevereiro (20 a 24), a apresentação recorreu a um suporte digital (PowerPoint) com mapas ilustrativos e teve a duração de cerca de 30 minutos, com direito a outros tantos minutos para comentários e questões. O principal desafio enfrentado foi a escassez de tempo para a preparação do briefing. Ainda assim, esta tarefa não levantou problemas maiores dado que as matérias que o estagiário focou foram aquelas com que se sentia mais à vontade; consequentemente, a pesquisa bibliográfica foi reduzida ao essencial, às

---

<sup>7</sup> Palestras “Direito Internacional Marítimo” com a Primeiro-tenente Fernanda Santos (08-02) e “Direito dos Conflitos Armados” com a Segundo-tenente Inês Silva (23-02); Conferência “Segurança da Europa ao Indo-Pacífico” na Agência Europeia de Segurança Marítima (03-03); frequência à unidade curricular “Gestão Estratégica da Marinha” do Curso de Promoção a Oficial Superior de Marinha no IUM (20-03 a 31-03).

<sup>8</sup> À Base Naval de Lisboa (20-02), ao NRP Corte-Real (27-02) e ao NRP Arpão (03-04).

<sup>9</sup> Tomada de posse do novo CEMGFA (01-03); Dia da Marinha (20-05).

referências orientadoras da reflexão. O estagiário gozou da liberdade de poder abordar e expor a questão do ângulo que considerou mais conveniente, desde que se adequasse ao contexto em que a apresentação iria ocorrer. A recepção foi favorável e serviu de ponto de partida para a discussão, da qual todos puderam beneficiar.

O briefing reuniu duas dimensões fundamentais do conflito: as causas e os possíveis desfechos. No que concerne as causas, o briefing baseou-se numa leitura dos acontecimentos informada pelo realismo clássico, pelo realismo ofensivo e pela geopolítica clássica. Deste ponto de vista, após uma breve análise geopolítica e geoestratégica da Rússia e da NATO (enquanto “testa de ponte” na Eurásia), concluiu-se que a invasão da Ucrânia foi consequência do “medo” e da “ambição”, manifestações naturais e racionais de constrangimentos e imperativos geoestratégicos específicos, dois fatores que não se excluem mutuamente, ou seja, contribuíram igualmente para a hecatombe. Embora possa ser defendido que um ou outro foi o derradeiro contribuinte, de uma perspetiva puramente académica, não faria sentido excluir, em definitivo, qualquer um destes ângulos de abordagem.

No que disse respeito aos possíveis desfechos do conflito, o estagiário: (1) debruçou-se sobre a “ameaça”, como entendida por Kiev, Moscovo e Washington – desde a “existencial” à “marginal”; (2) procurou representar os interesses estratégicos – desde os “vitais” aos “acessórios” – num espectro sensível ao contexto geográfico dos intervenientes; e (3) explorou as capacidades materiais, a pujança económica e a coesão política dos protagonistas (Ucrânia, Rússia, União Europeia e Estados Unidos). Estas etapas pretenderam concluir a “vontade”, ou seja, até que ponto os intervenientes estariam dispostos a perseguir os seus objetivos estratégicos no âmbito da guerra russo-ucraniana. Por sua vez, o exercício possibilitou prospetivar três cenários distintos, classificados em diferentes graus de probabilidade, desde o “mais provável” ao “menos provável”.

De modo a fornecer uma análise compreensiva que desafiasse o imediatismo, a apresentação procurou distanciar-se da abordagem noticiosa dos acontecimentos bem como das paixões e indignações que estes processos geopolíticos normalmente despertam. Paralelamente, o estagiário resistiu à tentação de prescrever determinadas vias de atuação e esforçou-se por manter a imparcialidade. O objetivo foi tão somente: (1) descrever, refletindo sobre a “tragédia da política das grandes potências”, em termos geopolíticos e geoestratégicos; e (2) prospetivar, fornecendo elementos estáveis e expondo tendências que pudessem contribuir para pensar o futuro.

## **Contributos para uma proposta de intervenção do Almirante CEMA na TEDxPorto**

Entre os dias 27 de fevereiro e 3 de março, o estagiário contribuiu para a proposta de intervenção do Almirante CEMA na TEDxPorto (04-03), dedicada ao tema “Pontes”. Ao estagiário incumbiu investigar sobre um dos eixos fundamentais da intervenção do Almirante CEMA, ideia visionária e progressivamente mais popular que poderá revolucionar a geopolítica: “habitar o mar”. Nesta senda, a investigação debruçou-se especificamente sobre os precedentes, as possibilidades e os impactos de estruturas que permitissem “colonizar” este domínio. A tarefa, desempenhada para a Divisão de Planeamento, surgiu de uma discussão a que o estagiário assistia sobre este mesmo tema e na qual interveio mencionando a existência de projetos nesse âmbito – em várias fases de conceção e motivados pelas mais diversas razões. Tendo a intervenção despertado curiosidade, o Comandante responsável pela proposta (CFR Coelho Dias) designou que o estagiário: (1) recolhesse a informação necessária a um enquadramento da problemática; e (2) mantivesse a equipa de design, responsável por criar um modelo 3D, a par das mais recentes tendências tecnológicas e arquitetónicas.

A respeito dos precedentes, foi possível recolher informação sobre diversas experiências subaquáticas, de superfície (excluindo ilhas artificiais) e mistas que, em alguma medida e com diferentes graus de sucesso, tentaram concretizar a aspiração de habitar o mar. Porém, nenhum projeto (incluindo aqueles em existência) cumpre o desiderato e os que estão desenhados para cumprir existem apenas em tese, dissuadidos pelas implicações legais, dificuldades logísticas, constrangimentos financeiros e/ou limitações tecnológicas.

As motivações e possibilidades de tal empreendimento foram consideradas e puderam ser categorizadas em: científicas, políticas, económicas, ecológicas e estratégicas, sendo que, em alguns casos, foi possível verificar a sobreposição de dois ou mais incentivos. Constatou-se que o setor privado demonstra um crescente interesse pela matéria e que é movido essencialmente por considerações económicas, científicas e políticas. O setor público, por sua vez profundamente desinteressado, não se refere com a mesma propriedade sobre a questão; ainda assim, deduziu-se que os seus incentivos estariam sobretudo relacionados com a economia, a ecologia, a ciência e a estratégia, incentivos que o Almirante CEMA fez questão de sublinhar.

Relativamente aos impactos, o estagiário agrupou-os em três categorias: sociais, ecológicos, geopolíticos e legais, cada um representando problemas e transformações a diferentes níveis. Não obstante, importância foi concedida ao aspeto geopolítico visto tratar-se de uma dimensão transversal a todas as outras – para além de ter reunido mais interesse e consenso entre os envolvidos na preparação desta proposta de intervenção.

A dificuldade desta tarefa residiu na pesquisa, mormente na compilação da informação relevante, devido ao facto de este ser um tema ainda pouco explorado e para o qual não existem estudos dedicados. A informação utilizada para formular o enquadramento e o aconselhamento fornecido ao design encontrava-se deveras fragmentada. Apesar disso, foi possível concluir a tarefa ao manter plena noção dos objetivos e da sequência mais ampla que o estagiário pretendia servir. No cômputo geral, não só o estagiário contribuiu para uma tarefa exigente que obrigatoriamente envolveu outras divisões, evidenciando a importância da cooperação em ambiente de trabalho e do quanto a sinergia e a sintonia entre os vários componentes de qualquer organização podem valorizar os resultados, como também a tarefa acrescentou ao conhecimento do estagiário e contribuiu para a sua experiência no contexto descrito.

### **Revisão do texto: “Prioridades da Marinha Portuguesa”**

No âmbito do 44.º aniversário do Correio da Manhã (19-03-23), o jornal pediu ao Almirante CEMA que contribuísse com um artigo em que estabelecia as prioridades da Marinha para o seu mandato. Para esse efeito, os núcleos de Planeamento Estratégico (Genético, Estrutural e Operacional) redigiram uma proposta de artigo que se debelava com a questão. Posteriormente, veio-se a saber que o número de caracteres que a publicação poderia aceitar (2000) era muito inferior ao concebido e comunicado inicialmente (4000). No dia 17 de março, pela manhã, o tutor e responsável pelo Núcleo de Planeamento Estratégico-Operacional, atribuiu ao estagiário a tarefa de rever e encurtar o texto, que obviamente contava com um excesso de caracteres. Assim, o estagiário, ciente do propósito do artigo, procedeu à exclusão de informação considerada menos relevante, tentou evitar jargões e a repetição de conceitos, eliminou adjetivos e procurou substituir frases por expressões ou palavras que encapsulassem e mantivessem a ideia e significado original; o processo de leitura, releitura e síntese repetiu-se até o rascunho respeitar os parâmetros exigidos. Após esta etapa, a proposta voltou a circular

pelos núcleos dedicados à tarefa que, satisfeitos com as alterações efetuadas, aprovaram uma versão final e fizeram-na chegar ao Almirante CEMA.

Apesar de o estagiário não ter contribuído diretamente para a redação da proposta de artigo, pela razão óbvia de que exigia um domínio das matérias em apreço que não possuía, foi possível ficar a par das linhas gerais que constituem as prioridades estratégicas da Marinha no mandato do atual CEMA<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, o estagiário pôde praticar a capacidade de síntese textual, útil em mais do que um aspeto e seguramente imprescindível no contexto de uma organização que é obrigada a comunicar ideias ao público (e aos responsáveis políticos) de uma forma clara e objetiva.

### **Contributos para uma proposta de intervenção do Almirante CEMA sobre “O mundo pós-Guerra Fria, dividido entre autocracias e democracias”**

Tendo em vista a participação do Almirante CEMA no ciclo de conferências “Ditadura e Democracia: Que história? Que presente? Que Futuro?” (10-04-23), organizado pela Câmara Municipal de Porto de Mós, incumbiu aos Planeamentos Estratégico-Genético, Estrutural e Operacional a redação de uma proposta de intervenção situada entre as 2600 e 3000 palavras – um discurso de cerca de 20 minutos. Neste sentido, sendo o tema (também) da competência das Relações Internacionais, o tutor integrou o estagiário neste esforço.

A tarefa, que decorreu ao longo de cinco dias (03-04 a 07-04), revelou-se particularmente instrutiva; não estava bem presente o ponto de vista do Almirante CEMA em relação a este tema específico, embora o título desta intervenção e algumas outras intervenções pudessem fornecer indícios. Foi neste patamar que o estagiário foi introduzido e se dispôs a participar da proposta de intervenção defendendo a quase irrelevância da dicotomia democracias/autocracias para descrever a política externa dos estados e o sistema internacional. Paralelamente, os núcleos concentraram-se numa visão mais convencional e maioritária da dicotomia, enfatizando o seu valor descritivo e prescritivo. Ao invés, o estagiário sublinhou o valor descritivo do(s) realismo(s) e prescritivo da geopolítica clássica. Concretamente, este corpo doutrinário desencadeou um conjunto de observações relacionadas com: (1) a necessidade de formar coligações estrategicamente consequentes, independentemente de como queiramos classificar os

---

<sup>10</sup> Flexibilizar e simplificar a gestão e administração da organização; desenvolver a capacidade antissubmarina; intensificar a vigilância das infraestruturas críticas; investir em veículos autónomos.

estados (em autocracias ou democracias); (2) a inadequabilidade da dicotomia para a fomentação de coligações suficientemente amplas e resistentes, devido à rejeição que a sua promoção suscita; (3) a suficiência do interesse nacional, egoísta e racional, para a sustentação de coligações cujo propósito é inequívoco; (4) a existência de um vasto espectro de democracias e autocracias, algumas das quais recorrendo a métodos, obtendo resultados e alinhando de formas nem sempre compatíveis com as preconizadas pela dicotomia; e (5) a dúvida sobre se este seria um tema ao qual o EMA devesse dedicar a sua atenção. Portanto, ficou explícito que a dicotomia democracias/autocracias tem um valor sobretudo performativo e narrativo, prático só na medida em que, por vezes, é capaz de cultivar a coesão no sentido da concretização de um objetivo comum – definido pela lógica do poder, uma lógica quase sempre alheia à identificação dos regimes.

O desfecho desta tarefa viu os argumentos do estagiário serem valorizados, contudo, não puderam constar do texto final porque por esta altura se tinha tornado evidente que a opinião do Almirante CEMA se encontrava mais próxima da crença na fiabilidade da dicotomia. Não obstante, o estagiário teve a oportunidade de organizar um conjunto de reflexões sobre o tema, tendo o seu trabalho sido reconhecido e discutido sem pudor. Ademais, foi possível ficar com uma noção mais clara sobre: (1) como o Almirante CEMA se posiciona em questões desta ordem; (2) que tipo de mensagem e valores procura transmitir dentro e fora da organização; (3) os meios através dos quais a mensagem pode ser difundida; e (4) a margem de que os militares poderão usufruir na divulgação de temas paralelos à segurança e defesa nacional.

### **Produção de um episódio de podcast sobre a “A resposta da Rússia à adesão da Finlândia à NATO”**

Ao longo da segunda semana de férias da Páscoa (03-04 a 07-04), o estagiário, por sua iniciativa e a título pessoal, decidiu produzir um episódio de podcast que pudesse interessar aos elementos da DIVPLAN; com preferência por um tema corrente conducente a uma análise geopolítica e geoestratégica enquadrada pelo(s) realismo(s). Assim, tendo a adesão da Finlândia à NATO sido oficializada no dia 4 de abril e considerando a deslocação do Comte. Meixedo Venâncio a Turku (Finlândia) para o Fórum das Guardas Costeiras do Atlântico Norte (17-04 a 20-04), o estagiário optou pelo assunto em epígrafe.

A produção envolveu três momentos distintos: a seleção dos tópicos a abordar; a gravação e edição; a publicação. O propósito do episódio foi o de expor que tipo de resposta a Rússia provavelmente tinha/tem pensada no seguimento da adesão da Finlândia à NATO, debruçando-se especialmente sobre os domínios marítimo e nuclear russos. Dos tópicos abordados constaram: (1) a perceção da ameaça do ponto de vista de Moscovo; (2) a deterioração da posição geoestratégica da Rússia nos mares Báltico e de Barents, sendo provável o incremento de atividades na “zona cinzenta”; (3) a postura nuclear mais agressiva por parte da Rússia, como forma de compensar o enfraquecimento da sua capacidade militar convencional; e (4) a possibilidade de a Rússia reconstituir as suas forças convencionais e de adaptar eficazmente a sua postura estratégica às novas adesões. No fundo, o episódio focou a necessidade de estudar e de tentar administrar a evolução daquilo que se convém entender como a ameaça russa.

A produção constituiu um processo de aprendizagem para o estagiário, uma experiência completamente inédita para o próprio que o responsabilizou integralmente pelo conteúdo (imagem e som) e pela identificação das avenidas disponíveis para a sua publicação (e que termos de serviço teriam de ser respeitados). O episódio foi publicado no dia 8 de abril e está disponível no endereço eletrónico em nota de rodapé<sup>11</sup>, tendo o estagiário procedido à sua divulgação entre os elementos da DIVPLAN que congratularam a iniciativa e o conteúdo. Posto isto, o estagiário procurou sensibilizar o núcleo de Comunicação Estratégica para a importância de estreitar os laços do grande público com a Marinha através deste tipo de iniciativas: como forma de divulgar o trabalho desenvolvido e as missões em que participa e de contribuir para a atratividade da instituição. Aliás, procurou-se invocar o exemplo do Contra-almirante Alfred Thayer Mahan, ele próprio um prolífico divulgador da importância do poder naval e um dos grandes responsáveis pela consciencialização dos seus compatriotas nesse sentido. Todavia, sem surpresa, a justificação para a inexistência de tais investidas residiu na escassez de recursos humanos. Ainda assim, admitiu-se que, noutras circunstâncias, esta prática poderia prosperar e ser frutífera.

---

<sup>11</sup> <https://podcasters.spotify.com/pod/show/horizonte-geopolu00edtico>.

## **Contributos para uma “Estratégia da Marinha Portuguesa para o Atlântico Sul”**

No dia 8 de maio, durante a sessão de contacto com o tutor, foi avançada a intenção do Almirante CEMA de dar largas à conceção de uma “Estratégia da Marinha Portuguesa para o Atlântico Sul”. A elaboração deste documento estratégico, com conclusão prevista para o final do primeiro trimestre de 2024, envolve, obviamente, a DIVPLAN e destaca-se por ser o primeiro documento desta natureza a abranger uma região de tais dimensões (e esta região em específico). Nesta senda, o tutor propôs que o estagiário fizesse uma recolha de documentos estratégicos (de outras entidades e países) e artigos científicos que se referissem a exposições e disposições geopolíticas e geoestratégicas da região.

O estagiário procedeu à recolha da documentação ao longo da mesma semana em que a tarefa foi designada, promovendo teses de doutoramento realizadas em universidades portuguesas e documentos estratégicos de países banhados pelo Atlântico Sul. Não obstante, o estagiário resolveu ir além do que foi proposto, procurando contribuir com a sua própria perspetiva: (1) sublinhou a necessidade de adequar a estratégia aos recursos e meios disponíveis, tendo em conta o processo de contração em que a Marinha Portuguesa se encontra; e (2) vincou a indispensabilidade do Brasil para o sucesso de qualquer estratégia que tenha o Atlântico Sul como epicentro.

Não passa despercebido e muito menos é segredo que a Marinha Portuguesa enfrenta dificuldades em termos dos recursos que lhe são disponibilizados, o que por sua vez impõe limites quantitativos e qualitativos às suas capacidades e afeta negativamente o cumprimento das missões. Neste sentido, o Almirante CEMA tem procurado redimensionar as ambições da Marinha Portuguesa, definindo, de uma forma estrita, e organizando, por ordem de prioridade, os espaços estratégicos de interesse nacional. O resultado desta obrigatória reconfiguração, obviamente, é o de que compromissos entendidos como “menos urgentes” para a segurança e defesa nacional, são colocados em segundo plano. Deste modo, uma estratégia para o Atlântico Sul corre o sério risco de não ser exequível; estagiário fez questão de sublinhar a possibilidade de que uma estratégia desta envergadura não se coadune com a necessária moderação das ambições da Marinha.

De modo a acautelar a possibilidade anteriormente referida e a dar substância à estratégia, o estagiário procurou chamar à atenção para a necessidade de limitar a área a que o Atlântico Sul se refere, focando: (1) as rotas marítimas que têm o Golfo da Guiné e Cabo Verde como ponto de origem ou passagem de mercadorias de e para Portugal; e (2) a cooperação com os estados da CPLP que veem no Atlântico a sua porta para o mundo.

Neste sentido, o estagiário propôs que contactos mais substanciais deveriam ser estabelecidos com a potência emergente do Atlântico Sul, o Brasil, na certeza de que é o único estado da CPLP capaz de aspirar à liderança da organização. As Marinhas Portuguesa e do Brasil, ambas enfrentando problemas estruturais, poderiam colaborar no sentido de salvaguardar os seus interesses nesta região. O Brasil, pela razão de que concentra mais capacidades e exhibe um potencial muito superior ao português, é mais expansivo na definição dos seus interesses estratégicos, ainda assim, a sua marinha continua aquém das exigências que um território de dimensões continentais representa. Um estreitar de laços entre a Marinha Portuguesa e a Marinha do Brasil não poderia ser mais nocivo do que a inexistência desses laços, ainda que as prioridades estratégicas não estejam completamente alinhadas – com cada uma priorizando a sua margem do Atlântico. Não obstante, a influência e o potencial do Brasil (parece natural que venha a procurar melhorar a sua capacidade de projecção internacional através do desenvolvimento do poder naval) não podem ser menosprezados e, na opinião do estagiário, tal como foi comunicada, a Marinha do Brasil terá de ser considerada na estratégia regional da Marinha Portuguesa, independentemente das diferenças políticas que possam existir.

Em tudo, a tarefa cumpriu e superou as expectativas do tutor. Encontrando-se, à altura, a conceção da estratégia num momento incipiente, reconheceu-se que poderá vir a existir uma discrepância entre aquilo que a Marinha pode fazer e aquilo que se propõe a fazer com este documento estratégico, inédito na sua abrangência. Ainda assim, ao projeto deve ser concedido, no mínimo, o benefício da dúvida, na confiança de que, batendo-se pelo rigor e pelo bem-estar dos portugueses, os responsáveis pela estratégia estão cientes dos limites do possível na actual conjuntura. Ao mesmo tempo, podemos considerar que a tarefa do estagiário não viu o seu fim definitivo, uma vez que informação de interesse acrescido continua a ser trocada entre o Comte. Véstia Cagarrinho e o ex-estagiário, neste e noutros âmbitos.

## **Contributos para a proposta de posição nacional relativamente ao empenhamento da EUROMARFOR**

No decurso da reunião da Força Marítima Europeia (EUROMARFOR)<sup>12</sup>, realizada em Rota (20-04), foi definido que as nações dessem a conhecer a sua posição relativamente aos quatro países propostos pela Itália<sup>13</sup> – Senegal, Marrocos, Cabo Verde e Costa do Marfim – para a realização do *Multi-Cooperative Exercise 2024* (MCE 24). Neste sentido, a Marinha Portuguesa propôs que o MCE 24 fosse realizado nas águas de Cabo Verde, com a Guarda Costeira deste país. Com efeito, foi pedido ao Núcleo de Planeamento Estratégico-Operacional que sustentasse a posição da Marinha Portuguesa. Desta forma, o Comte. Véstia Cagarrinho pediu ao estagiário que tratasse de organizar uma sustentação geopolítica e geoestratégica para tal posição – que iria complementar a versão do Comte. relativa a aspetos de índole securitária. A tarefa assentou perfeitamente nas preferências e apetências do estagiário, razão pela qual o tutor não hesitou em estender o convite à sua participação. Apesar de o espaço de língua portuguesa não ser da especialidade do estagiário, foi possível adaptar e aplicar o conhecimento geopolítico adquirido ao longo da sua formação académica ao caso particular de Cabo Verde.

Definida a tarefa (22-05), à qual se decidiu dedicar o dia, o estagiário resolveu depender de reproduções cartográficas para formular o seu contributo. A posição e configuração do arquipélago foram particularmente descortinadas, sublinhando a sua insularidade, perifricidade e pertença ao eixo Açores-Madeira-Canárias-Cabo Verde-Natal, posição de charneira entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul e na encruzilhada entre o continente africano, europeu e americano. Deste modo, o seu potencial político-estratégico como polo logístico avançado e catalisador da integração do espaço atlântico, ficou evidente.

Do ponto de vista regional, a análise recaiu sobre Cabo Verde enquanto extensão natural da cadeia de ilhas composta pela Madeira e pelas Canárias, uma cadeia que cobre a costa ocidental de África e forma um corredor oceânico de passagem de mercadorias. Por isto, o estagiário acautelou para a evidência de que, sem Cabo Verde, este corredor ficaria incompleto, seria interrompido, com todos os riscos que essa realidade pudesse

---

<sup>12</sup> Força militar multinacional não-permanente composta pela Espanha, França, Itália e Portugal. Formada em 1995 cumpre missões no âmbito humanitário, do controlo do mar, da manutenção da paz e da resposta a crises.

<sup>13</sup> Que assumirá o comando da EUROMARFOR em 2024.

implicar. Com relação a África, ficou evidente que Cabo Verde se projeta para o Atlântico, no entanto, a sua proximidade com o continente permite-lhe abraçar algumas das realidades inerentes à protuberância atlântica do continente africano, trazendo-as para o âmbito da maritimidade. Desta maneira, no seu contributo, o estagiário sugeriu que a localização geoestratégica de Cabo Verde, à ilharga da África Ocidental, relativamente equidistante dos três outros países propostos – Marrocos, Senegal e Costa do Marfim –, oferecia perspectivas de integração da visão e prioridades do país proponente (Itália).

Por fim, o estagiário resolveu encerrar a sua sustentação da posição da Marinha Portuguesa, associando a localização geoestratégica de Cabo Verde à interculturalidade e democraticidade, fatores que lhe permitiriam, como nenhum outro estado nesta região, reunir consensos e ser a ponte necessária entre os continentes africano e europeu. A conclusão do contributo do estagiário foi a de que Cabo Verde tem um potencial estruturante, por explorar, podendo vir a tornar-se um arquipélago pivô para a arquitetura de segurança atlântica.

Não tendo a tarefa consumido os três dias propostos para a sua finalização e estando o conteúdo à altura do esperado, o tutor aceitou o contributo tal como se encontrava e imediatamente tratou de integrar a versão do estagiário com a sua própria para que pudesse ser aprovada pelo chefe de divisão, o Comte. Santos Fernandes. Desta forma, a sustentação foi aprovada sem percalços e seguiu no mesmo dia para o gabinete do Almirante CEMA, que emitiu despacho favorável.

### **c) Reflexão crítica**

Concluída a descrição de algumas das tarefas em que o estagiário esteve envolvido – a forma como contribuíram para o seu desenvolvimento profissional e para o trabalho levado a cabo pelo EMA –, é chegado o momento de refletir, de uma forma mais abrangente, sobre a experiência de estágio. Assim, nesta secção, proceder-se-á a uma reflexão crítica debruçada sobre a experiência no quadro da especialização em Relações Internacionais, área na qual o(s) realismo(s) e a geopolítica clássica se tornaram particularmente proeminentes no percurso individual do estagiário.

Apesar de o local não ser designado para o efeito, ao longo do estágio, a preferência pelo(s) realismo(s) enquanto teoria(s) das relações internacionais, ainda que não exposta, decomposta ou admitida explicitamente, preencheu o ambiente de trabalho. Para qualquer instituição que tenha como finalidade a segurança e a defesa nacional, os

pressupostos não podem ser outros que não a consideração objetiva das capacidades materiais e dos interesses nacionais (definidos de uma forma estrita). Na salvaguarda de que a incerteza e a insegurança não podem ser extintas do sistema internacional, a Marinha Portuguesa procura garantir a prontidão dos meios face a possíveis contingências.

A noção dos limites do possível e das forças primordiais que regem o sistema internacional (da realidade) é essencial para a formulação da estratégia e para o processo de tomada de decisão. Ao debruçar-se sobre as alterações e flutuações na balança de poder e suas implicações, o(s) realismo(s) consubstancia-se numa forma de entender riscos, revelar oportunidades e definir níveis de ameaça. Na mesma medida, esta moldura teórica caracteriza-se por uma leitura dos constrangimentos e das intenções aproximada da realidade, permitindo prescrever um leque de soluções compatíveis com os problemas enfrentados. A Marinha, encontrando-se sob pressões orçamentais que condicionam a sua atuação e demasiadas vezes definem o sucesso das missões, beneficia desta abordagem racional ao seu entorno estratégico e à gestão de recursos escassos.

No que concerne a geopolítica clássica, será importante relevar que esta faz parte da formação dos oficiais superiores da Marinha. Naturalmente, esta componente da sua formação incide principalmente sobre os teóricos do poder marítimo e naval e não se debruça especialmente sobre os “continentalistas”. Ao contrário da aceitação tácita que existe em relação à influência do(s) realismo(s) no contexto de trabalho e nas propostas que deste resultam, a influência dos “navalistas” é notória. O estagiário pôde discernir, em múltiplas ocasiões e intervenções, uma postura e um discurso distintos, como os de quem está no mar a olhar em direção a terra, optando, quase instintivamente, por enfrentar cada obstáculo e dificuldade dessa perspetiva. Considerando a história e geografia de Portugal, seria de esperar que este “instinto” se encontrasse mais difundido, inclusive entre civis; no entanto, não é o caso. Com exceção de alguns reflexos culturais, o mar não está organicamente presente na consciência popular – é como se de um corpo estranho ou órgão vestigial se tratasse – e muito menos é encarado como uma prioridade pelos decisores políticos.

O(s) realismo(s) e a geopolítica clássica foram, definitivamente, o tronco comum que facilitou a interação e o debate entre o estagiário e os militares e promoveu a complementaridade do trabalho desenvolvido. Neste sentido, será conveniente analisar, com algum detalhe, aquilo que se achou por bem caracterizar como a “continentalização” deliberada de Portugal (a génese das dificuldades que a Marinha atravessa) e oferecer um

roteiro para a inversão desta tendência (que se acredita lesiva para a soberania e interesses estratégicos do país). Este assunto foi do particular interesse dos Comandantes e fez parte de algumas discussões que o estagiário tentou introduzir e promover nas divisões de Planeamento e Relações Externas com o objetivo de obter o parecer dos militares a respeito da dicotomia marítimo/continental aplicada ao contexto português. O estagiário, de uma forma independente, fora capaz de traçar, em linhas gerais, esta “continentalização” e a artificialidade da relação que existe atualmente com o mar; não obstante, a passagem pelo EMA e o estabelecimento de vínculos pessoais, permitiram construir uma imagem mais clara e mais urgente da situação. Estas discussões terão sido, porventura, o maior dos contributos do estagiário em relação ao EMA e uma grande fonte de alento e inspiração no que concerne ao estudo da dicotomia mencionada.

Portugal é um estado fragmentado com uma expressão territorial mínima que, isoladamente, é incapaz de mobilizar os meios e recursos indispensáveis à sua segurança e desenvolvimento. Por esse motivo, procura na União Europeia as condições necessárias à sua viabilidade. Contudo, Portugal vê a sua liberdade de ação diminuída quando se debruça quase exclusivamente sobre a Europa continental para a satisfação dos seus interesses permanentes; uma situação inédita para um país que teve sempre o cuidado de manter a opção atlântica aberta e relevante.

“... importa não esquecer que [...] Portugal, para a sua sobrevivência, não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva. Ambas as situações – o interesse europeu pelo seu extremo ocidente e o seu abandono são de considerar. Face às circunstâncias europeias ou atlânticas, importa não esquecer que Portugal está para além de uma e outra e tem, portanto, que reunir, na sua composição nacional, a permanente capacidade de escolher, em cada momento, em qual se deve apoiar, na certeza de que a sua experiência é a de que nenhuma das opções é suficiente, quando exclusiva. Precisa que ambas se mantenham em aberto, nunca deixando perder os recursos para as administrar segundo os seus interesses perenes, que só o povo português pode definir.” (Macedo, 1987)

A UE é uma experiência para a qual não existem precedentes, garantias de sucesso ou certezas relativamente ao seu alinhamento com os interesses permanentes de Portugal. Persiste a dúvida sobre se Bruxelas alguma vez irá, efetivamente, interessar-se pelo Atlântico e se esse interesse poderá ser compatibilizado com os interesses portugueses; a

crescente continentalização da política europeia, que se repercute na progressiva canalização de verbas nesta direção e na promoção do poder terrestre, parece indicar o contrário.

Portugal dispõe de vários elementos que a geopolítica clássica considera essenciais para o desenvolvimento dos poderes marítimo e naval. Para que não dependa excessivamente de compromissos continentais e não tenha de abrir mão da sua liberdade de ação, é necessário que reconheça a sua condição de potência costeira semi-arquipelágica: (1) tirando proveito da sua geografia marítima para fins de transbordo e da exploração de recursos energéticos e minerais; (2) procurando fortalecer relações económicas e diplomáticas com potências atlânticas extrarregionais, a fim de ampliar a sua margem de manobra; e (3) conservando a importância da aliança com a potência marítima dominante no Atlântico, na certeza de que é a única aliança militar útil a Portugal. O mar (e o uso que a ele se dá) foi e sempre será a chave do desenvolvimento e segurança de Portugal. Por um lado, o Atlântico está repleto de possibilidades comerciais e a plataforma continental portuguesa adivinha-se fonte de riqueza, fornecendo uma profundidade de que Portugal não usufrui em terra; por outro lado, a posição geoestratégica de Portugal confere vantagens no que diz respeito à projeção de poder, facilitando a defesa ou a interrupção de vias de comunicação e servindo de ponto de apoio para operações avançadas. Estas propriedades, se devidamente alavancadas, resultariam em contributos líquidos para a influência de Portugal em ambas as direções (marítima e continental). Neste sentido, falhas como aquelas que derivam do desinvestimento na Marinha Portuguesa, nas suas vertentes científica, mercante e de guerra, dificilmente se explicam, mas não existem sem explicação.

A realidade portuguesa pauta-se pela ausência de ameaças urgentes à sobrevivência e segurança do estado. Num contexto destes, é difícil persuadir os contribuintes/eleitores de que o investimento na defesa é necessário quando há problemas que se amontoam noutras áreas da sociedade. Não sendo capazes de convencer os eleitores da importância da Marinha para fins da segurança e defesa nacional, em sentido estrito, os interessados no bem-estar da instituição deveriam concentrar-se na sensibilização dos portugueses para a sua importância como facilitadora do crescimento económico e desenvolvimento humano. Neste âmbito, a segurança e defesa nacional seriam justificadas pela necessidade de: (1) dar força à proposta de extensão da plataforma continental; (2) atrair investimento; (3) salvaguardar infraestrutura crítica; (4) garantir a liberdade de navegação. Porém, esta postura, por si só, é insuficiente. Para que fosse

consequente teria de se fazer acompanhar de um investimento sério: (1) no incentivo à prospeção de recursos energéticos e minerais em águas territoriais, a qual se faria acompanhar de contratos para a exploração que salvaguardassem os interesses económicos de Portugal; (2) nos meios da rede nacional de transporte marítimo, de modo que suprissem necessidades logísticas e operacionais, eficientemente circulando entre pontos de interesse; (3) na melhoria dos serviços portuários, para que pudessem acolher as mais volumosas embarcações, lidar com os artigos mais sensíveis e processar a mercadoria em tempo útil; e (4) na reconstituição da Marinha Mercante, privilegiando a ligação direta entre mercados atlânticos extrarregionais e a Europa, sem depender da ferrovia ou dos portos espanhóis. Em teoria, isto: (1) converteria Portugal num país exportador de recursos indispensáveis à transição energética e ao funcionamento da economia industrial; (2) transformaria o país num ponto de paragem quase obrigatório no contexto comercial euro-atlântico; e (3) mitigaria a posição geobloqueante de Espanha, passível de, em algum momento, vir a condicionar a afirmação dos interesses de Portugal e/ou a apropriar-se do seu património geopolítico e geoestratégico.

Esta forma de proceder, que enfatiza a forma como o poder naval poderá viabilizar a resiliência económica, não seria inédita, encontra reflexos em conjunturas passadas. No fim do século XIX, o Contra-almirante Alfred Thayer Mahan deparou-se com uma nação assolada por profundas divergências internas, incerta sobre a direção em que os recursos públicos deveriam fluir. Embora a perceção maioritária seja a de que Mahan convenceu audiências e legisladores por meio de um argumento simplista que culminava na “batalha decisiva”, o bem-estar económico era, do seu ponto de vista, a grande finalidade do poder naval, ao invés da guerra – a guerra era determinante apenas na medida em que permitia assegurar o crescimento económico para as gerações futuras e era determinada pela capacidade do poder naval de condicionar ou interromper o acesso do adversário ao comércio internacional. Nesta senda, a consolidação do controlo sobre as águas portuguesas e o investimento público e privado no setor naval lançariam os alicerces de uma nova economia que, ulteriormente, contribuiria para a qualidade de vida das populações.

## Conclusão

O estágio na Marinha Portuguesa permitiu viver uma miríade de experiências, fazer a ponte com o arcabouço teórico das Relações Internacionais, estabelecer contactos e acrescentar à experiência profissional. O estágio cumpriu e, em muitos aspetos, superou as expectativas, proporcionando ao estagiário uma experiência singular e imersiva nas esferas da estratégia e da geopolítica. Esta pretende ser uma conclusão contemplativa, uma síntese das mais-valias e o mote para futuros projetos.

O quotidiano no EMA foi para além da rotina. Tratou-se de uma experiência em que a aprendizagem foi constante e onde cada tarefa e atividade contribuiu com uma nova dimensão para a compreensão do domínio marítimo e do poder naval. O planeamento estratégico, a exposição à delicada arte da diplomacia naval e o vivenciar dos contratempos inerentes ao meio revelaram-se transformadores da perspetiva do estagiário no que concerne ao funcionamento da instituição e à relação que a Marinha Portuguesa estabelece não só com outras marinhas, mas também com o poder político e os cidadãos.

O estagiário só pode estar grato pela oportunidade que teve de interagir e absorver conhecimento de profissionais que dedicaram e dedicam as suas vidas à segurança e à defesa nacional. A tutoria formal, o trabalho levado a cabo pelo EMA e o diálogo informal, pintaram um quadro de dedicação à instituição e revelaram um compromisso profundo com Portugal e os portugueses. A liderança firme, a camaradagem e a cultura organizacional deixaram uma marca indelével. Coletivamente, os oficiais personificaram e transmitiram um sentido de responsabilidade, pensamento estratégico e conduta ética que permanecerão para a posteridade.

A principal dificuldade enfrentada pelo estagiário foi a de procurar contribuir ativamente e construtivamente para a discussão quando ainda tentava familiarizar-se com as exigências logísticas e operacionais de uma intrincada teia de missões, exercícios e compromissos nacionais e internacionais. Todavia, as provações foram instrumentais no desenvolver da capacidade de trabalhar sob pressões semelhantes e na formação de uma abordagem matizada à resolução de problemas. Através da interposição destes desafios, o estagiário foi capaz de construir uma rotina compatível com a calendarização e o rigor da Divisão de Planeamento.

As tarefas realizadas ao longo do estágio foram uma lembrança constante da narrativa mais ampla em que cada uma se inseriu. Cada diretiva, plano ou proposta foi fio

condutor de uma tapeçaria mais ampla que retrata a postura marítima de Portugal. O estagiário consciencializou-se de que o papel da Marinha Portuguesa, na salvaguarda dos interesses nacionais, é multifacetado, manifestando-se em áreas que não são imediatamente óbvias – desde a diplomacia à investigação científica. A oportunidade proporcionada de compreender as relações que a Marinha estabelece, a vários níveis, com o seu entorno estratégico revestiu-se de um valor incalculável.

A experiência de estágio contribuiu para a prontidão do estagiário no que diz respeito aos contratemplos e oportunidades que estarão por vir, proporcionando um alicerce inestimável sobre o qual poderá erguer futuros empreendimentos. A passagem pelo EMA fomentou o compromisso com um percurso de aprendizagem contínua e o autor encontra-se pronto a empregar o conhecimento adquirido para fins científicos e/ou a fazer uso da experiência obtida para singrar no mercado de trabalho, abrindo portas que de outra maneira poderiam manter-se fechadas.

## Referências bibliográficas

ALLISON, G. (2017). *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides's Trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt.

ASHWORTH, L. M. (2010). Realism and the spirit of 1919: Halford Mackinder, geopolitics and the reality of the League of Nations. *European Journal of International Relations*, 17(2), 279–301.

BUZAN, B. (1995). The level of analysis problem in international relations reconsidered. Em Booth, K. & Smith S. (Eds.). *International Relations Theory Today* (198-216). Cambridge: Polity Press.

CORBETT, J. S. (1911). *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: Longmans, Green & Co.

FETTWEIS, C. J. (2015). On Heartlands and Chessboards: Classical Geopolitics, Then and Now. *Orbis*, 59(2), 233–248.

GILPIN, R. (1981). *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press.

GOUGH, B. M. (1988). Maritime strategy: The legacies of Mahan and Corbett as philosophers of sea power. *The RUSI Journal*, 133(4), 55-62.

GRAY, C. S. (1992). *The Leverage of Sea Power: The Strategic Advantage of Navies in War*. Nova Iorque: The Free Press.

\_\_\_\_\_ (2005). In defense of the Heartland: Sir Halford Mackinder and his critics a hundred years on. Em Blouet, B. (Ed.), *Global Geostrategy: Mackinder and the Defense of the West* (17-35). Londres: Frank Cass.

\_\_\_\_\_ (2012). Geopolitics and Deterrence. *Comparative Strategy*, 31(4), 295-321.

\_\_\_\_\_ (2013). *Perspectives on Strategy*. Oxford University Press.

GRYGIEL, J. J. (2006). *Great Powers and Geopolitical Change*. The Johns Hopkins University Press.

JACKSON, A. P. (2010). Keystone doctrine development in five commonwealth navies: A comparative perspective. *Papers in Australian Maritime Affairs*, 33, 81.

KELLY, P. (2006). A Critique of Critical Geopolitics. *Geopolitics*, 11(1), 24–53.

\_\_\_\_\_ (2016). *Classical Geopolitics: A New Analytical Model*. Stanford University Press.

LAYNE, C. (2002). The “poster child for offensive realism”: America as a global hegemon. *Security Studies*, 12(2), 120-164.

\_\_\_\_\_ (2006). *The Peace of Illusions*. Cornell University Press.

MACEDO, J. B. (1987). Portugal na perspectiva estratégica europeia. *Estratégia*, (4), 9-32.

MACKINDER, H. J. (1904). The geographical pivot of history. *The Geographical Journal*, 23(4), 421-437.

\_\_\_\_\_ (1919). *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. Nova Iorque: Henry Holt & Co.

MAHAN, A. T. (1890). *The Influence of Sea Power Upon History*. Boston: Little, Brown & Co.

MEARSHEIMER, J. J. (1994). The False Promise of International Institutions. *International Security*, 19(3).

\_\_\_\_\_ (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. Nova Iorque: W. W. Norton & Co.

MODELSKI, G., & THOMPSON, W. R. (1988). *Sea Power in Global Politics, 1494–1993*. Londres: The Macmillan Press.

ORGANSKI, A. F. K. (1958). *World Politics*. Nova Iorque: Alfred A. Knopf.

OWENS, M. T. (1999). In Defense of Classical Geopolitics. *Naval War College Review*, 52(4), 59–76.

PARKER, G. (1991). Continuity and change in Western geopolitical thought during the twentieth century. *International Social Science Journal*, 43(1), 21-33.

RUGGIE, J. G. (1986). Continuity and transformation in world polity: Toward a neorealist synthesis. Em Keohane R. O. (Ed.), *Neorealism and its Critics* (131-157). Columbian University Press.

SLOAN, G. (2017). *Geopolitics, Geography and Strategic History*. Abingdon: Routledge

SPYKMAN, N. J. (1942). *America's Strategy in World Politics: The United States and the Balance of Power*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co.

\_\_\_\_\_ (1944). *The Geography of the Peace*. Nova Iorque: Harcourt, Brace & Co.

TEIXEIRA, N. S. (2010). Breve Ensaio sobre a Política Externa Portuguesa. *Relações Internacionais*, (28), 51-60.

TILL, G. (1984). *Maritime Strategy and the Nuclear Age* (2<sup>a</sup> ed.). Londres: Palgrave Macmillan.

\_\_\_\_\_, G. (2004). *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*. Abingdon: Routledge.

TOAL, G., & AGNEW, J. (1992). Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. *Political Geography*, 11(2), 190–204.

## **Documentos oficiais**

Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005). Lisboa: Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 185/2014, de 29 de dezembro, aprova a Lei Orgânica da Marinha. Diário da República n.º 250/2014, Série I de 2014-12-29, páginas 6397-6406. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada n.º 9/16, de 2 de fevereiro (Regulamento Interno do Estado-Maior da Armada).

Diretiva Estratégica da Marinha (2022).

Folheto de Integração do EMA (2022).

## **Webgrafia**

SARMENTO, B. (2018). A Gestão Estratégica na Marinha. Disponível em: [https://www.ina.pt/index.php/component/docman/doc\\_download/1866-ciclo-de-encontros-2018-apresentacao-nuno-sarmento?Itemid=](https://www.ina.pt/index.php/component/docman/doc_download/1866-ciclo-de-encontros-2018-apresentacao-nuno-sarmento?Itemid=) [consultado a 14 de setembro de 2022]